

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Eng MARCOS **BATISTA** DA SILVA

**MINUSCA: Oportunidade de Desenvolvimento da
Logística Militar Estratégica.**



Rio de Janeiro

2018

Cel Eng MARCOS **BATISTA** DA SILVA

MINUSCA: Oportunidade de Desenvolvimento da Logística Militar Estratégica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art R1 CANDIDO CRISTINO **LUQUEZ** MARQUES FILHO

Rio de Janeiro

2018

S586m Silva, Marcos Batista da

MINUSCA: oportunidade de desenvolvimento da logística militar estratégica / Marcos Batista da Silva. - 2018.
61 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Candido Cristino Luquez Marques Filho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 59-61.

1. LOGÍSTICA MILITAR. 2. ESTRATÉGIA. 3. MISSÃO DE PAZ. 4. ÁFRICA I. Título.

CDD 355

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3R	Retour, Reclamation et Rehabilitation (Retorno, Reivindicação e Reabilitação)
Anti-BALAKA	anti-machete, na língua sango
Cia E F Paz	Companhia de Engenharia de Força de Paz
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
COTER	Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro
DPKO	Department of Peacekeeping Operations (Departamento de Operações de Manutenção de Paz)
ECOWAS	Economic Community of West African States (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado-Maior do Exército
EU	European Union (União Europeia - UE)
EUTM- RCA	Military training mission in the Central African Republic (Missão militar de treinamento na RCA)
Ex-SÉLÉKA	Ex-integrantes da Séléka (coalizão na língua sango)
FACA	Forces Armées Centrafricaines (Forças Armadas Centro-Africanas)
FDPC	Front démocratique du peuple centrafricain (Frente Democrática do Povo Centrafricano)
FPRC	Front Populaire pour la Renaissance de Centrafrique (Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana)
FROCCA	Front pour le Retour à l'ordre constitutionnel en Centrafrique (Frente para o retorno da Ordem Constitucional na RCA)
LC	Legitimate Coordination (coordenação legítima)
LRA	Lord's Resistance Army (Exército de Resistência do Senhor)

MINUSCA	Mission multidimensionnelle intégrée de stabilisation des Nations Unies en Centrafrique (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana)
MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti)
MISCA	Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine (Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana liderada pelos africanos)
MPC	Mouvement Patriotique de Centrafrique (Movimento Patriótico da RCA)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUD	Parti centrafricain pour l'unité et le développement (Partido Centrafricano da Unidade e do Desenvolvimento)
SÉLÉKA	Coalizão (língua sango)
RCA	República Centro-Africana
RJ	Revolution et Justice (Revolução e Justiça)
RPRC	Rassemblement Patriotique pour la Renaissance de Centrafrique (Agrupamento Patriótico para o Renascimento da República Centro-Africana)
SANGARIS	Operação militar francesa na RCA
TCC	Troop-contributing countries (Países contribuintes com tropa)
UA	Union africaine (União Africana)
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UPC	Union pour la Paix en Centrafrique (União pela Paz na RCA)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	LOGÍSTICA MILITAR	16
2.2	LOGÍSTICA NO NÍVEL ESTRATÉGICO	18
2.3	LOGÍSTICA EM MISSÕES DE PAZ	19
3	MINUSCA	25
3.1	REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	25
3.1.1	Evolução do conflito interno	27
3.2	AMBIENTE OPERACIONAL DA MINUSCA	30
3.2.1	Forças Regulares	31
3.2.2	Ex-Séléka	33
3.2.3	Anti-Balaka	35
3.2.4	Demais grupos armados	36
3.2.5	Presença da União Europeia	38
3.2.6	Presença da União Africana, dos Estados Unidos e da França	40
3.2.7	Presença das Nações Unidas	42
4	LOGÍSTICA ESTRATÉGICA NA MINUSCA	46
4.1	DESAFIOS LOGÍSTICOS NA ÁFRICA	46
4.2	DESAFIOS LOGÍSTICOS NA MINUSCA	48
5	CONCLUSÃO	55
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado no contexto do tema constante do Programa de Pós-Graduação lato sensu pela ECEME, para o ano de 2018: “United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Africa Central Republic - MINUSCA: Oportunidades nas Expressões do Poder Nacional”. Este tema está relacionado à linha de pesquisa de Estudos da Paz e da Guerra, no assunto específico de Estudos Prospectivos.

Em 22 de novembro de 2017, o secretário-geral da ONU, António Guterres, convidou oficialmente o Brasil a participar da missão de paz na República Centro-Africana (RCA) com um efetivo de 750 militares. No entanto, em abril de 2018, o Poder Político do País, representado pelo Presidente da República, respondeu negativamente ao pedido realizado pelas Nações Unidas. Portanto, neste ano de 2018 as Forças Armadas brasileiras não contribuirão com tropas para a referida missão.

Tal fato não subtrai a pertinência do presente estudo, o qual tomou a MINUSCA como ponto de partida para, por analogia, lançar uma luz para a instável realidade daquele continente. Temos a pretensão de afirmar que as conclusões, aqui apresentadas, possam servir de arcabouço ou ponto de partida no sentido de embasarem os diversos atores envolvidos, na hipótese de uma participação futura, em uma das diversas missões de paz atualmente desdobradas no continente Africano. O mesmo raciocínio se aplica a futuras missões que possam vir a ser estabelecidas naquela porção do planeta.

Após uma participação exitosa na MINUSTAH, esta nova missão, ou outra missão semelhante, poderá representar uma oportunidade para o País galgar um degrau acima nas Operações de Paz, devido aos problemas e dificuldades de maior monta a serem superados. Portanto, esta é uma oportunidade que se apresenta para a realização de estudos e pesquisas sobre o tema. Os reconhecimentos e planejamentos já realizados, visando a uma possível participação na MINUSCA, geraram um número considerável de informações que serão de valia para o presente estudo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem estado presente, desde a sua criação, no cenário mundial, particularmente com o estabelecimento de missões de paz destinadas a procurar solução aos conflitos surgidos, seja pela imposição, seja pela manutenção da paz. O Brasil, um dos Estados-Membros desse organismo

internacional, desde a sua criação, participou ativamente de diversas destas missões, na forma de missões individuais (fornecendo observadores militares, *staff-officers* e a *Force Commanders*) e também como país contribuinte com tropas (*Troop-Contributing Country*). Tal política permanece válida, conforme se pode verificar na Política Nacional de Defesa em análise pelo Congresso Nacional:

3.2 [...] o Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo os seguintes posicionamentos:

- I. privilegiar a solução pacífica das controvérsias;
 - III. atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, e conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais;
 - VI. participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;
 - XIV. manter as Forças Armadas adequadamente preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e prover a adequada capacidade de dissuasão; [...]
- (BRASIL, 2016).

Ainda considerando a Política Nacional de Defesa, em sua versão de 2016, destacaremos os seguintes Objetivos Nacionais de Defesa, cuja consecução tende a ser concretizada, direta ou indiretamente, em uma possível missão de paz na África, conforme deixaremos patente no desenrolar deste trabalho:

4.2 São Objetivos Nacionais de Defesa: [...]

II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.

Refere-se a, em última análise, dotar as Forças Armadas das capacidades necessárias para realizar a vigilância, o controle e a defesa do território, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo brasileiros e prover a segurança das linhas de comunicação marítimas. Leva em conta a necessidade de **contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular ou conjunta, com foco na interoperabilidade**; o adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude das atribuições cometidas; e a dotação de recursos humanos qualificados e bem preparados.

III. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no **exterior**.

Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos, a execução de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio,

pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o regramento jurídico internacional. [...]

V. Contribuir para a estabilidade regional e para a **paz** e a segurança internacionais.

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de segurança e defesa.

VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em **operações internacionais**, visando auferir maior influência nas decisões em questões globais. (BRASIL, 2016, grifo nosso).

Neste contexto, Aguilar sintetiza muito bem uma visão de futuro quanto a este tema:

“A maior participação brasileira na agenda de segurança internacional exigirá discussões sobre temas como: o engajamento em operações de **imposição da paz**; a participação em operações com **mandato mais intrusivo**, incluindo a possibilidade de se engajar em **combate contra facções em luta**; a **flexibilidade estrutural e a adaptabilidade** dos componentes para lidarem com as alterações dos mandatos e fazerem a transição de operações de não guerra para operações de combate, e vice versa, dentro de uma mesma missão de paz; a capacidade de **desdobrar efetivos em curto espaço de tempo**, com a aceleração do processo decisório interno; a disposição de **empregar mais recursos**, humanos e financeiros, fora do país; a possibilidade de se engajar em operações com perspectiva de longo prazo e o desgaste político decorrente; a disposição de **empregar recursos para estruturas e processos no interior do país** para possibilitar a maior presença nas operações, dentre outros. (AGUILAR, 2015, grifo nosso)

Partindo desta visão geral inicial, este trabalho concentra-se nos aspectos logísticos relacionados à hipotética participação brasileira na MINUSCA, particularmente no que se refere às possibilidades de aprimoramento da logística estratégica no âmbito do Ministério da Defesa.

O problema analisado está relacionado às diversas oportunidades surgidas

com as grandes dificuldades a serem superadas pelas expressões do Poder Nacional, tudo advindo da participação brasileira, com tropa, da MINUSCA e, por analogia, em outra missão no continente africano. Mais especificamente, esta pesquisa enfrentou o seguinte problema: a participação do Brasil, na MINUSCA, ou em missão semelhante, trará oportunidades para o desenvolvimento da logística militar terrestre?

De acordo com Creswell (2010), a declaração do objetivo estabelece a direção para a pesquisa. Ainda segundo este autor, ela orienta o leitor para o propósito central do estudo e, a partir daí, seguem-se todos os outros aspectos da pesquisa. Deve ser escrita do modo mais claro e conciso possível. Seguindo neste diapasão, esta pesquisa apresentou um objetivo geral e quatro específicos.

O **Objetivo geral** foi analisar as capacidades da Logística Estratégica da Defesa que possam ser desenvolvidas com a participação militar do Brasil na MINUSCA, localizada na República Centro-Africana.

Os **Objetivos específicos**, por sua vez, foram: apresentar uma análise sintética da República Centro-Africana; apresentar os diversos aspectos teóricos e doutrinários relacionados à logística estratégica militar; analisar, à luz da realidade centro-africana e da doutrina militar específica, a possibilidade de aprimoramento da capacidade logística estratégica das Forças Armadas brasileiras, oriunda de uma participação com tropa da MINUSCA; e conhecer o *modus operandi* de outros atores envolvidos na complexidade política africana, além da ONU, tais como: União Africana (UA), a União Europeia (EU) e Operação Sangaris (França).

A presente pesquisa foi realizada dentro da realidade de Aluno do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, sem dedicação exclusiva à mesma. Portanto, o tempo e as condições limitadas forçaram a uma delimitação da mesma.

O Brasil terminou recentemente a sua participação, com tropa, da MINUSTAH, no Haiti, e ainda está presente na UNIFIL, no Líbano. Em consonância com o pensamento político emanado pelo governo brasileiro, o País tende a se manter presente no cenário internacional nesta área, projetando-se a possibilidade de participação em outras missões de *Peacekeeping*. Devido aos constantes conflitos e instabilidades presentes na África, este se constitui no destino natural para emprego de tropas brasileiras, em caso de decisão favorável do Poder Político no futuro.

A participação militar na MINUSCA poderia propiciar à Expressão Militar do

Poder Nacional uma oportunidade de capacitação para operações futuras em melhores condições. Esta cooperação está claramente explicitada no Livro Branco da Defesa Nacional, o qual cita, como um dos objetivos da Defesa Nacional, contribuir para a estabilidade regional e para a **paz e a segurança internacionais** (BRASIL, 2016, grifo nosso).

Esta pesquisa está alinhada com os Objetivos Nacionais de Defesa, constantes na Política Nacional de Defesa, conforme já citado na introdução deste trabalho de conclusão de curso. Cabe ressaltar que, para concretização dos Objetivos Nacionais de Defesa, o País estabelece diversas Estratégias de Defesa (ED), as quais são descritas na Estratégia Nacional de Defesa (END 2016), cujo detalhamento corrobora a importância do presente estudo para o desenvolvimento e fortalecimento dos aspectos da Defesa no cenário nacional. Cada Estratégia de Defesa pressupõe Ações Estratégicas de Defesa (AED), que visam orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido de serem atingidos os Objetivos Nacionais de Defesa. Destaca-se, neste momento, a seguinte AED, por estar diretamente ligada ao trabalho: “AED-52 - desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais” (END 2016).

Por fim, destaco o conceito de Capacidade de Mobilidade Estratégica, também constante na END:

Por sua vez, a **Capacidade de Mobilidade Estratégica** refere-se à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, com capacidade multimodal, e aos meios de transporte, de permitir às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional **ou no exterior**, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais.

Tal condição requer, dentre outros aspectos, que o Brasil disponha de estrutura de transportes adequada e que privilegie a interação e a integração dos diversos modais, de sorte que possam atuar de forma complementar. (BRASIL, 2016, grifo nosso)

Em suma, a pesquisa está alinhada com os documentos norteadores da política e estratégia da Defesa, além de apresentar aspectos que podem, aproveitando-se da recente experiência no Haiti, ser úteis ao desenvolvimento da capacidade de logística estratégica da Força Terrestre brasileira.

Quanto à metodologia, dentre os vários aspectos possíveis de abordagem no presente tema, qual seja, participação do Brasil, com tropa, na MINUSCA, priorizamos a abordagem dos aspectos logísticos, no nível estratégico. Em um recorte mais detalhado, enfatizamos as possíveis contribuições para o desenvolvimento da **logística militar estratégica no âmbito do Ministério da Defesa**, uma vez que há uma interdependência do Exército com as outras forças (Marinha, Aeronáutica) ou mesmo com entidades civis.

Para fins de delimitação do estudo, foi considerada a linha de ação apresentada pelo Chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em fevereiro do corrente ano, aos alunos do Curso Superior de Defesa do MD (Ministério da Defesa). Tal planejamento, reforçado por reconhecimentos realizados na República Centro-Africana, define o desdobramento do Batalhão de Força de Paz sediado ao lado do aeroporto de Bambari, capital da província de Ouaka. Mais detalhes desta linha de ação serão apresentados no capítulo 4 deste trabalho.

Quanto ao método de investigação, esta foi uma pesquisa qualitativa, uma vez que privilegiou relatos, experiências e análises de documentos para entender o fenômeno do desenvolvimento de uma doutrina militar de uma forma mais profunda. Este pesquisador teve a oportunidade de trabalhar como Oficial de Logística na Companhia de Engenharia de Força de Paz, Haiti, além de ter servido por um ano na África, mais particularmente na Costa do Marfim. Como Observador Militar das Nações Unidas naquele país, foi possível travar contato com a realidade de um país africano, com peculiaridades típicas daquele continente, como a existência de inúmeras tribos e dialetos diferentes. Além disso, grande parte dos demais Observadores era constituída por militares oriundos das Forças Armadas africanas, com os quais foram trocadas valiosas experiências profissionais.

Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa foi descritiva, bibliográfica e documental. Descritiva porque pretendia descrever as características das Forças Armadas do Brasil em um ambiente complexo como o africano. Bibliográfica porque teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos de relações internacionais, cooperação internacional e geopolítica militar disponíveis em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral. Ou seja, foi realizado o registro do que foi observado, com a melhor abrangência possível, visando replicar este conhecimento no que fosse aplicável à solução do problema da pesquisa. Documental porque utilizou-se de documentos de trabalhos e

relatórios, muitas vezes não disponíveis para consultas públicas.

Como limitação ao método utilizado, tem-se a indefinição quanto à real participação futura do Brasil em missões desta natureza, devido à recente decisão negativa do poder político. Tal dificuldade foi minimizada devido aos estudos e planejamentos, já elaborados pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Singulares. Além disso, mesmo que esta participação não venha a se concretizar, este estudo permanecerá válido como uma pequena contribuição ao desenvolvimento de tão importante capacidade (logística estratégica) para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho colheu ensinamentos oriundos da Teoria das Relações Internacionais. Neste ponto, destaca-se o trabalho de Almeida (2006) onde ele cita: “o cenário histórico futuro indica, previsivelmente, que o estudo das relações internacionais de um País como o Brasil terá que trabalhar, durante certo tempo ainda, com os conceitos de ‘Estado periférico’ e de ‘potência média’”. Neste ponto, um dos instrumentos disponíveis ao País, a um custo aceitável, no sentido de se destacar no cenário internacional, é a participação em missões de paz de maior grau de complexidade, como a MINUSCA.

A Geopolítica está marcadamente presente no trabalho. O estudo das teorias geopolíticas novas, dentre as quais a TEORIA DOS LIMES (1991), de autoria de Jean Christophe Rufin, com o seu conceito de enfrentamento Norte-Sul, é útil para a compreensão do relacionamento no âmbito da realidade africana, particularmente em um país de colonização francesa. A TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES (1993/96), de Samuel P. Huntington, foi importante ao desenvolvimento do trabalho, particularmente na expansão da influência brasileira em direção ao norte africano, onde existe uma grande penetração do Islamismo.

Neste trabalho, trata-se com profundidade da logística, com ênfase para a logística no nível estratégico. Como ponto de partida, devemos nos situar no âmbito da Logística Militar, no sentido de destacar o conceito específico que interessa neste estudo. Segundo o atual Manual de Doutrina de Logística Militar (MD42-M-02), o “Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD) é o conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações, apoiado por uma infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (TIC), atuando como agente catalisador de disponibilização de informações gerenciais de interesse da Logística de Defesa, seja no âmbito dos órgãos da Administração Central do MD, seja no âmbito das Forças Armadas (FA)”. O sistema descrito ambiciona “proporcionar um apoio logístico adequado e contínuo à Expressão Militar do Poder Nacional, em situação de paz ou de guerra”.

2.1 LOGÍSTICA MILITAR

As conclusões explanadas por Minculete (2017) permitem conhecer de maneira adequada a complexidade das atividades relacionadas ao apoio logístico, o qual requer planejamento flexível adequado, visando cumprir as missões destinadas ao

apoio às operações militares, no tempo disponível, pelas estruturas de planejamento e execução do apoio logístico.

O autor prossegue informando que, por intermédio do planejamento, a atividade de gestão de logística operacional mostra, independentemente das estruturas nas quais é conduzida, o esforço a ser despendido pelas estruturas logísticas envolvidas, com o objetivo de atingir o objetivo e as metas das ações militares, com os efeitos desejados, levando à utilização de todos os recursos disponíveis com eficiência máxima.

Ainda segundo Minculete, no domínio logístico das forças armadas, assim como nos demais domínios, o planejamento é realizado levando-se em consideração um determinado intervalo de tempo de atuação - década, semana, dia, turno, hora - incluindo os detalhes necessários de acordo com as ações a serem realizadas e os meios e recursos disponíveis. Para conduzir atividades logísticas nos tempos atuais, os responsáveis pela logística devem atuar em tempo integral, atendendo ao planejamento do comandante no nível considerado.

Por fim, informa que, para poder alcançar os objetivos e atividades específicas da unidade militar em tempo de paz, o planejamento e a previsibilidade das ações são especialmente relevantes para os logísticos, pois facilitam a obtenção de um nível de gestão especializada na área; a aquisição de experiência profissional; a capacidade de comunicação adequada tanto dentro do sistema logístico como fora dele com representantes de diferentes empresas, organizações e instituições públicas.

Segundo Coleman e Willians (2017), o apoio logístico pode ser definido mais formalmente como as atividades necessárias para assegurar o movimento e a manutenção do pessoal e equipamento da operação de paz. Neste diapasão, inclui: (1) o transporte de pessoal para e da área de operações da missão, além do transporte interno necessário à mesma; (2) o transporte, armazenamento, manutenção e eventual evacuação ou descarte de equipamento da missão; (3) a aquisição, distribuição e disposição final dos suprimentos da missão; (4) a aquisição ou construção, manutenção e operação de instalações de missão, tais como acomodações, escritórios e armazéns; e (5) a aquisição ou prestação de serviços exigidos na missão, como cozinha (alimentação em geral) e limpeza.

2.2 LOGÍSTICA NO NÍVEL ESTRATÉGICO

Para este estudo, ressalta-se a importância da Logística Conjunta, a qual é definida, no já citado Manual de Doutrina de Logística Militar, como “o uso coordenado, sincronizado e compartilhado de recursos logísticos entre duas ou mais FS¹ para apoio a uma força conjunta”. O apoio logístico, considerando esta premissa, é desenvolvido nos diversos níveis de planejamento e execução das operações conjuntas, quais sejam: estratégico, operacional e tático. No que concerne a este estudo, destaca-se o entendimento do Ministério da Defesa quanto ao nível estratégico:

No Nível Estratégico, o Apoio Logístico é coordenado pelo Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) e executado pelas FS. Visa disponibilizar, nos prazos determinados, os recursos necessários para os Comandos Operacionais e **fazer gestões**, se necessário, com **os diversos setores da Administração Pública Federal**. Essa atividade caracteriza-se pela obtenção dos recursos necessários pela verificação das carências das Forças a serem empregadas e pela coordenação da concentração estratégica dos meios. (MD, 2016, grifo nosso)

Na definição acima, destaca-se a missão atribuída ao Ministério da Defesa na busca dos recursos necessários ao desenvolvimento das operações militares, sejam eles financeiros ou materiais. Tal ação teve uma importância destacada durante o cumprimento da missão brasileira na MINUSTAH, o que deverá ser intensificado em uma possível participação na MINUSCA.

Retomando os aspectos conceituais da Logística, tem-se o quadro a seguir, que resume a estrutura de apoio logístico estabelecida pelo Ministério da Defesa, chamando a atenção especial do leitor para o Nível Estratégico:

¹ Forças Singulares, ou seja, Marinha, Exército ou Aeronáutica.

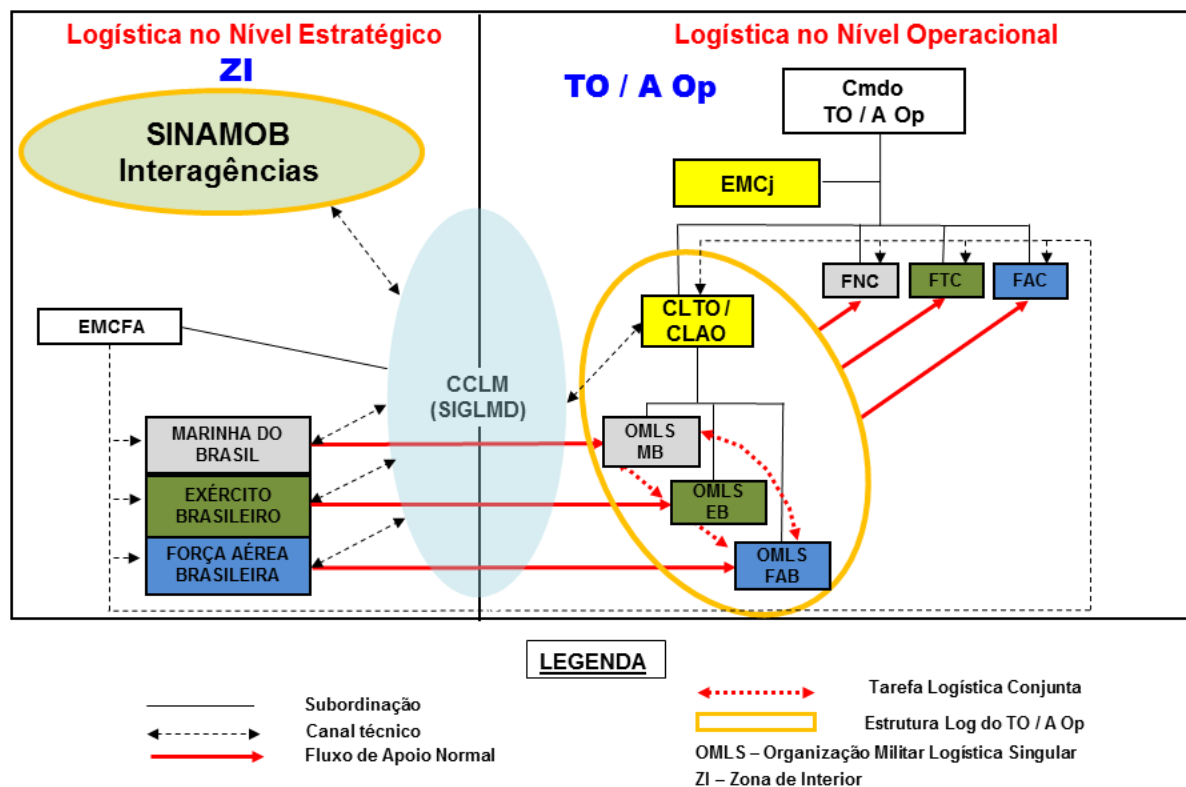


Figura 1: Estrutura de Apoio Logístico (MD, 2016)

Este arcabouço doutrinário define também os Princípios Logísticos que devem ser observados e aplicados no planejamento e na execução das atividades logísticas, quais sejam: previsão, continuidade, controle, coordenação, cooperação, eficiência, flexibilidade, oportunidade, segurança e simplicidade. As atividades logísticas afins, correlatas ou da mesma natureza são reunidas nas seguintes Funções Logísticas: recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção, engenharia, transporte e salvamento. Durante o desenvolvimento deste trabalho, conforme necessário, far-se-á alusão a estes Princípios e Funções Logísticas.

2.3 LOGÍSTICA EM MISSÕES DE PAZ

Já em 2004, Lima sintetizou bem a problemática logística para operações realizadas em Teatros de Operação distantes, na medida em que dizia que “O Exército, por não dispor de estrutura própria e adequada para transporte de grandes efetivos a longas distâncias, nem de meios suficientes para transportar grandes toneladas de diferentes tipos de suprimentos, fatalmente terá que depender das disponibilidades de meios oferecidas pela Força Aérea Brasileira ou pela Marinha do Brasil, no que diz respeito principalmente ao transporte estratégico”, Trata-se,

portanto, de Operação Conjunta, matéria esta a ser tratada no âmbito do Ministério da Defesa, como já ocorreu durante toda a missão da MINUSTAH. No entanto, nem sempre este apoio pode ser provido no âmbito das Forças Singulares, momento em que “terá que contar com os recursos a serem buscados na Mobilização dos meios civis, que [...] apresenta-se em condições de atender a qualquer tipo de demanda da Força Terrestre.” (LIMA, 2004)

Pinzaiu (2012), dentro de uma visão adequada às atividades desenvolvidas pela OTAN, informa que as atividades necessárias a serem empreendidas, com o objetivo de cobrir a ampla gama de atividades logísticas necessárias ao apoio de um contingente nacional empregado em uma missão de paz, multinacional, podem ser agrupadas em sete categorias: análise global da missão; início do processo de planejamento do apoio logístico; identificação dos fatores que influenciam o processo inicial de planejamento de suporte logístico; elaboração do conceito logístico necessário para garantir o apoio logístico; identificação dos fornecedores de apoio logístico; elaboração do plano de suporte logístico; requisição de formulação, análise comparativa e identificação de déficits logísticos.

Todas as atividades acima são planejadas, organizadas e executadas como resultado dos planejamentos executados pelos setores encarregados da logística, acompanhadas pelo contingente nacional. Estas reuniões de planejamento são organizadas dependendo do estágio do processo de planejamento (preliminar, principal, revisão de planejamento ou final) ou conforme o tema de interesse (questões de transporte, assuntos médicos, como exemplo) e seus objetivos consistem em: estabelecer a estrutura da célula logística, designar responsabilidades, identificar os métodos necessários para assegurar o apoio logístico, harmonização dos planos logísticos, bem como completar quaisquer lacunas porventura existentes e clarificar os planos de execução.

Aguilar (2015) destaca de maneira sintética os benefícios advindos de uma participação brasileira em missões de paz, onde destaca-se os seguintes pontos: “Para os militares, a participação das forças armadas nas operações de paz se relacionam com fatores importantes. Primeiro, a possibilidade de manter parte de seus efetivos adestrados em um ambiente de conflito. Segundo, a possibilidade de **renovação do equipamento** por meio das aquisições necessárias para dotar a tropa do melhor equipamento possível, já que parte desse custo é coberto pelo reembolso da ONU em decorrência do desgaste do material empregado. [...] Quarto,

colabora para a projeção do poder nacional no contexto internacional e permite o reconhecimento de outros países quanto ao nível profissional dos militares brasileiros, reforçando a estratégia da dissuasão. Quinto, atua como âncora da política externa brasileira quanto à solução pacífica de conflitos e desarmamento e fortalece os laços de confiança com os países amigos. [...] Além disso, o aumento da presença nas missões de paz determinou a criação de uma estrutura de planejamento, preparo, **apoio logístico**, acompanhamento, desmobilização, avaliação, pesquisa de doutrina, etc.” (grifo nosso)

O suporte logístico é focado no *in-service* e na logística operacional, que, conforme Coleman (2014, apud CID, GOLDONI, 2017, p. 121), compreende: aquisição, armazenagem, distribuição, manutenção e evacuação dos equipamentos e materiais necessários para o funcionamento das operações; transporte de pessoal para dentro e para fora da missão da operação; aquisição ou construção, manutenção, operação e alienação de instalações, incluindo moradias e armazéns; aquisição ou fornecimento de serviços, tais como alimentação, limpeza, e serviços postais; e apoio médico.

A execução da logística em uma missão de paz da ONU, em termos gerais, segue um processo já testado, aprimorado e consolidado ao longo de décadas de atuação daquele Organismo em prol da paz mundial. De maneira resumida, após o Conselho de Segurança da ONU decidir pelo estabelecimento da missão de paz, entra em cena o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) que realiza o planejamento logístico e financeiro da missão. Os passos seguintes são resumidos a seguir:

Em seguida é estabelecido um Memorandum of Understanding (Memorando de Entendimento, MOU), que consiste em um acordo entre o país contribuinte e a ONU. O MOU define o tipo e o nível de apoio a ser prestado, bem como as responsabilidades associadas a cada um dos entes. O Manual da ONU de Operações de Paz em ambiente Multidimensional (United Nations 2003) explica que o Memorandum contém detalhes sobre pessoal, equipamentos e serviços, bem como os valores que cada nação contribuinte irá receber pela participação na missão. Além desse documento, pode também ser assinada uma Letters of Assist (Carta de Assistência, LOA) entre a ONU e o governo do país contribuinte para o fornecimento de bens específicos ou de serviços que não constem no MOU. Surge ainda como alternativa ao apoio logístico os Memorandum of Agreements (Memorandos de Acordos, MOA) que são estabelecidos entre

duas ou mais nações acordando os apoios prestados de uma nação para outra (United Nations 2003). (CID, GOLDONI, 2017)

Considerando a participação brasileira em uma missão de paz, temos que, a partir das decisões definições constantes do MOU, da LOA e dos MOA, são extraídos aquelas capacidades logísticas que ficarão sob encargo das Forças Armadas, mediante coordenação do Ministério da Defesa.

Segundo Coleman e Willians (2017), sete tipos de atores podem fornecer apoio logístico para operações de paz contemporâneas:

Países contribuintes de tropas (TCC), os quais geralmente fornecem pelo menos algum apoio para seus próprios contingentes (logística de primeiro nível), implantando unidades que têm algumas capacidades de auto-manutenção, como a capacidade de armazenar combustível, purificar a água, cozinhar rações e manter equipamentos básicos. Grande parte destas unidades também conta com alguns meios de transporte. Portanto, em caso de participação brasileira, com tropa, o Brasil se encaixa no primeiro item, sendo responsável por parte considerável do apoio logístico às tropas empregadas, conforme previsto no equivalente *Memorandum of Understanding*.

Estados provedores de logística, os quais são TCC específicos que podem assumir o papel estrutural de logística, fornecendo apoio não apenas para suas próprias unidades, mas também para outras pessoas implantadas na mesma área de operações (por exemplo, compartilhando seu transporte ou acomodação) ou para a missão como um todo (fornecendo, por exemplo, recursos de aviação, medicina, transporte ou engenharia).

Estados anfitriões, os quais, nas operações de paz consentidas ou solicitadas pelos mesmos, fornecem, na medida do possível, acesso à sua infraestrutura de transporte (portos, aeroportos, estradas e ferrovias). O estado hospedeiro também pode oferecer acesso a outras infraestruturas (tais como bases militares, habitação, escritórios e armazéns) ou oferecer suprimentos (como água e combustível) ou serviços (nos quais pode-se citar descarte de lixo, suporte médico ou trabalhos de engenharia).

Organizações internacionais que porventura estejam atuando na área, principalmente se estiverem à frente da coordenação da missão, poderão contribuir diretamente com ativos de logística (como veículos, tendas ou geradores elétricos)

ou serviços (como administração ou aquisição). Podemos citar como exemplo: Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Empreiteiros comerciais (empresas civis), os quais estão envolvidos em muitas operações de paz para atender aos requisitos de logística da missão, incluindo transporte, manutenção e segurança de instalações e distribuição de alimentos, água e combustível.

Estados parceiros externos, ou seja, determinados países que não são TCC, mas que podem fornecer apoio logístico a um determinado TCC em especial ou à missão como um todo, normalmente na forma de ativos (incluindo veículos, barracas ou equipamentos de comunicação) ou serviços (como transporte de tropas e equipamentos). Eles também podem fornecer direitos de acesso, de base e sobrevoo que são vitais para fornecer suporte logístico.

Organizações internacionais parceiras externas, as quais também podem fornecer ativos e serviços de logística, complementando o apoio fornecido por outros atores.

Ainda, os mesmos autores destacam que o apoio logístico adequado é crucial tanto para a segurança, a saúde e o conforto das forças de paz implantadas como para a eficácia e sucesso das operações de paz nos tempos atuais. As operações de paz têm sido estabelecidas em ambientes com riscos elevados. Em dezembro de 2015, 43% da área de operações cobertas por missões de paz da ONU foram avaliadas como apresentando um perigo alto ou extremo, em comparação com 25% em dezembro de 2011. Dois terços das forças de paz da ONU foram mobilizados em ambientes de conflito. Nestas circunstâncias, o apoio logístico adequado aos mantenedores da paz é extremamente desafiador e vitalmente importante para mitigar os riscos de sua operação.

O apoio logístico efetivo é fundamental para o sucesso operacional de uma missão de manutenção da paz em todas as suas etapas. O rápido desdobramento não é possível sem uma adequada capacidade de transporte de pessoal e equipamento, assim como da possibilidade de acomodação e sustentação na área da missão. Uma vez instalados na área da missão, os mantenedores de paz civis e militares não podem cumprir seus mandatos, a menos que sejam adequadamente protegidos e provisionados, que tenham acesso a equipamentos que possam ser

reparados e a fontes de eletricidade autônomas, com o respectivo combustível necessário para sua operação. O impacto que as forças de manutenção da paz podem ter no país da missão, logo após a sua chegada, também depende de como suas necessidades logística são satisfeitas. O término de uma missão, por sua vez, enseja não apenas desafios de transporte, mas também questões relativas ao descarte responsável de equipamentos, instalações e suprimentos que não podem ser repatriados. Assim, embora o apoio logístico não possa, por si só, garantir o sucesso de uma missão, uma falha no mesmo pode inviabilizar o seu sucesso.

3 MINUSCA

Neste capítulo será apresentada uma visão geral do contexto em que se situa a MINUSCA, com destaque para: breve explanação da história do país, incluindo a evolução do conflito interno; e o ambiente operacional da MINUSCA com os diversos atores envolvidos (forças regulares, grupos armados, União Europeia, União Africana e Nações Unidas).

3.1 REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

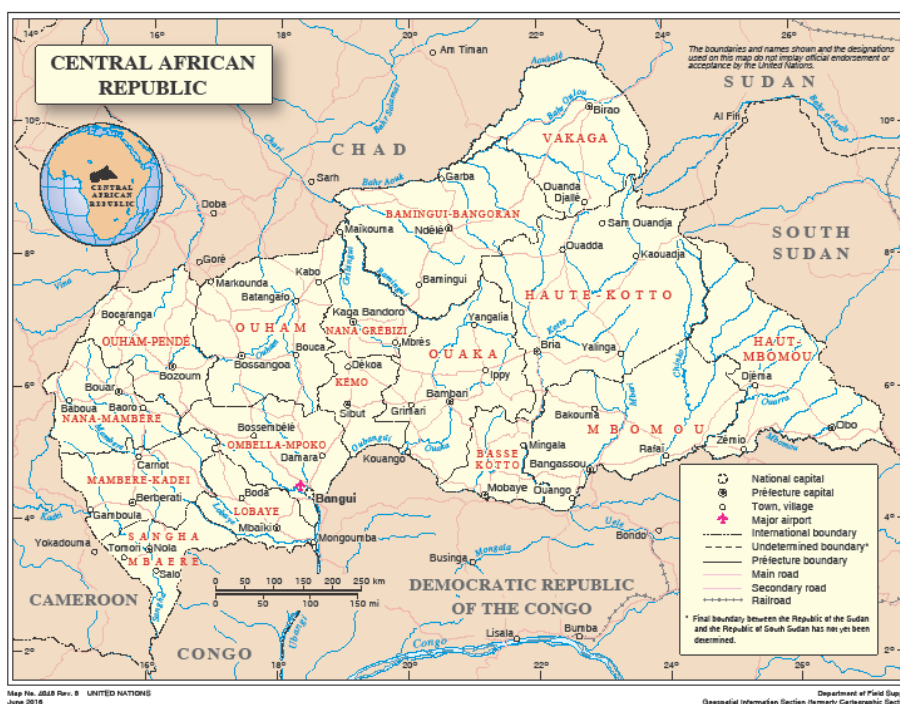


Figura 2: Mapa da República Centro-Africana de acordo com a ONU (<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/car.pdf>. Acesso em 6 jun. 2018)

A República Centro-Africana (RCA) faz parte da minoria dos países africanos sem saída para o mar, além de ser um dos mais pobres do continente. A população, cerca de 5,5 milhões de habitantes, é extremamente pobre e jovem, com baixa expectativa de vida. O francês e o Sangho são as duas línguas oficiais, porém apenas uma pequena parte da população possui um conhecimento de francês acima do nível fundamental. Cerca da metade da população é cristã, existindo também aproximadamente 15% de muçulmanos e 35% de adeptos de crenças tradicionais. Alcançou a sua independência da França em 1960, após o que experimentou diversos regimes autoritários e diversas trocas violentas de poder, mesmo após o

regime civil adotado em 1993.

Como podemos observar no mapa da figura 2, a RCA está localizada em uma posição central do continente africano, sendo limitada ao norte pelo Chade, a nordeste pelo Sudão, a leste pelo Sudão do Sul, ao sul pela República Democrática do Congo e pela República do Congo e a oeste por Camarões.

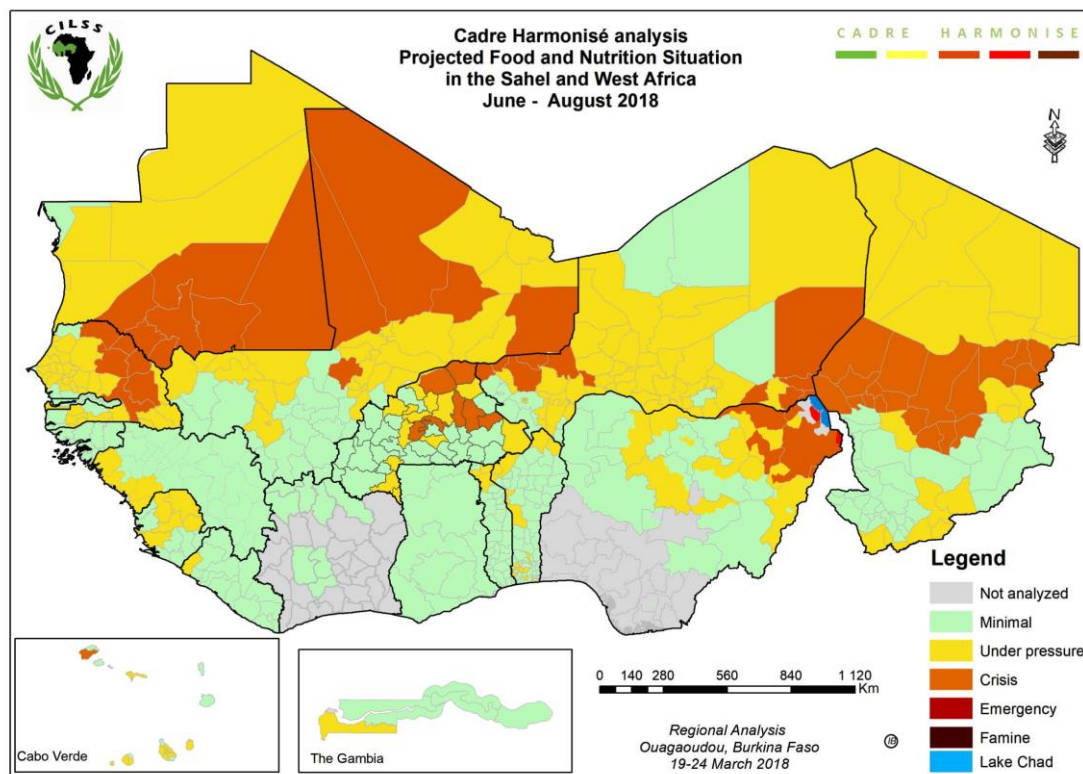


Figura 3: Mapa atualizado da fome no Sahel e oeste da África (http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/emergencies/docs/CH_Region%20Projected%20June%202018b%20En.pdf. Acesso em 22 jun. 2018)

A RCA possui uma área de 622.000 km², o que a coloca na 45ª posição entre os países do mundo, tendo um território equivalente à área somada dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O país é dividido em 16 províncias, conhecidas como *Prefectures*, quais sejam: Bamingui-Bangoran, Basse-Kotto, Haute-Kotto, Mbomou, Haut-Mbomou, Kemo, Lobaye, Mambere-Kadei, Nana-Gribizi, Ombella-Mpoko, Ouaka, Ouham, Ouham-Pendé, Nana-Mambéré, Sangha-Mbaéré, Vakaga e uma cidade emancipada Bangui (capital do país).

O país sofre com um sério problema de fluxos migratórios, os quais geram diversos conflitos, particularmente com os agricultores da RCA. Este fenômeno está

difundido em todo o SAHEL² africano, caracterizado, em sua maioria por pastores nômades da etnia Fulani (também conhecidos como Peuhl).

A história do país foi muito bem resumida pelo site Libre Afrique, em 2013: “depois do acesso do país à independência, a história política da República Centro-africana foi caracterizada por uma espiral de violência, resultando como consequência uma inexorável acentuação do processo de delinquência do Estado Centro-Africano” (Libre Afrique, 2013, tradução nossa).

3.1.1 Evolução do conflito interno

Os países da África, cuja independência em geral ocorreu a partir da década de 1960, na sua maioria ainda não encontraram o caminho do progresso e continuam a se constituir em constante fonte de preocupação para os direitos humanos, devido à constante ebulição social em que vivem.

Desde que conquistou a independência da França, em 1960, a República Centro-Africana vem sendo governada por juntas militares, por governos civis frágeis ou ditadores, Um deles, Jean-Bédél Bokassa (1921-1996), chegou a se autoproclamar imperador. Aproveitando a crônica ausência de autoridade do Estado, grupos rebeldes que permeiam a região fronteira com o Sudão do Sul e a República Democrática do Congo apoderaram-se da maioria do território.

A atual crise na República Centro-Africana teve início em 2012, tendo como protagonistas o governo do país, os rebeldes conhecidos como Séléka e as milícias anti-balaka. No entanto, sua origem remonta do período que se inicia em 2004, quando o governo do presidente François Bozizé lutou com os rebeldes até um acordo de paz em 2007. O atual conflito surgiu justamente quando a coalizão Séléka acusou o governo de não cumprir os termos deste acordo de paz. As forças rebeldes capturaram grandes cidades, particularmente nas regiões central e leste do país.

O Chade, o Gabão, os Camarões, Angola, a África do Sul e a República do Congo enviaram tropas para ajudar, com sucesso, o governo Bozizé a conter o avanço dos rebeldes em direção à capital do país, Bangui. Já em 11 de janeiro de

² A região denominada Sahel (do árabe *alssahil* que significa “borda ou costa”) é uma região geográfica da África, limitada ao norte com o deserto do Saara, ao sul com as savanas e selvas do golfo da Guiné e da África Central, a oeste com o oceano Atlântico e leste com o rio Nilo Branco. Possui uma extensão aproximada de 4.000.000 km², habitada por milhões de pessoas, onde se situa o conhecido “cinturão da fome”. É uma área muito instável, composta por nações de maioria muçulmana, com governos fracos, que têm uma grande dificuldade de exercer o controle, o que causa uma grande insatisfação política por parte da população.

2013, foi assinado o cessar-fogo em Libreville, Gabão. Os rebeldes aceitaram a permanência do presidente Bozizé no poder, porém exigiram a nomeação de primeiro-ministro da oposição, o que realmente ocorreu em 13 de janeiro de 2013, quando Nicolas Tiangaye foi nomeado primeiro-ministro, em substituição a Faustin-Archange Touadéra.

No entanto, poucos dias depois (23 de janeiro) a situação voltou a se agravar, quando o governo culpou a Séléka por quebrar o cessar-fogo e esta coalização, por sua vez, responsabilizou o governo por supostamente não honrar os termos de divisão do poder previstos no acordo. Em pouco mais de dois meses os rebeldes avançaram e chegaram a dominar grande parte das cidades de Bouca e Damara, distantes respectivamente 300 km e 75 km da capital, Bangui. Ao ultrapassarem o posto de controle em Damara, avançaram para Bangui, mas foram impedidos, em um primeiro momento, com um ataque efetuado por um helicóptero. No dia seguinte a este ataque aéreo, no entanto, os rebeldes entraram em Bangui, chegando até ao Palácio Presidencial. Logo em seguida François Bozizé fugiu do país, tendo o líder rebelde Michel Djotodia declarado a si próprio presidente.

Tendo a situação se consolidado, em 18 de abril de 2013, Michel Djotodia foi reconhecido como o chefe do governo de transição em uma cúpula regional em N'Djamena. Em 14 de maio, o primeiro-ministro Nicolas Tiangaye solicitou uma força de paz das Nações Unidas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, ainda em maio, o antigo Presidente Bozizé foi acusado de crimes contra a humanidade e de incitamento ao genocídio.

A situação da segurança continuou precária no país, tendo sido relatados casos graves de violações dos direitos humanos, especialmente o uso de crianças-soldado, estupro, tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, além de um número superior a 200.000 pessoas deslocadas internamente. Não cessaram os choques entre Séléka e partidários de Bozizé, caracterizando-se a RCA como um país cada vez mais dividido, ocorrendo diversos alertas na comunidade internacional de que um genocídio estava em andamento.

Em janeiro de 2014, o presidente Djotodia renunciou e foi substituído por Catherine Samba-Panza, mas a paz ainda não atingiu o país. Ao contrário, a Anistia Internacional relatou a ocorrência de massacres dos cristãos Anti-Balaka contra civis muçulmanos, forçando a fuga de milhares do país. Vários relatórios alertaram que o que está acontecendo pode ser considerado um genocídio, além de se constituir em

uma ampla limpeza étnica contra os muçulmanos na República Centro-Africana.

Em julho de 2014, as antigas facções do Séléka e representantes anti-balaka assinaram mais um acordo de cessar-fogo em Brazzaville. No entanto, o país continuou dividido de fato, com predominância de anti-balaka no sul e no oeste (após evacuação da maioria dos muçulmanos que ali viviam) e os ex-Séléka no norte e leste. O governo praticamente só tinha o controle da capital, Bangui. A manutenção da paz, desde então, ficou a cargo de inúmeras missões lideradas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), pela União Africana (UA) e pela ONU, além da presença da União Europeia, em geral, e da França, em particular. Estas diversas missões serão detalhadas mais à frente ainda neste capítulo.

Parte importante da tensão existente no país deve-se ao antagonismo religioso entre os muçulmanos da Séléka e os cristão anti-balaka. Outro importante fator é a disputa histórica entre os agricultores, predominantes nos grupos anti-balaka, e os nômades, que integram com destaque os Séléka. Além disso, mesmo entre os grupos Séléka existem antigas diferenças étnicas, o que também fornece combustível para os conflitos internos no país. Estão presentes também outras motivações econômicas, particularmente na busca do controle de acesso aos advindos da exploração de minerais preciosos, controle este exercido pelos chefes militares das áreas em questão.

Um dos resultados desta complexa situação é a existência de mais de 1,1 milhão de pessoas que fugiram de suas casas, representando mais de 20 por cento da população total da República Centro-Africana.

Em fevereiro de 2016, ocorreu uma eleição pacífica, tendo o ex-primeiro-ministro Faustin-Archange Touadéra sido eleito presidente. Como consequência, em outubro do mesmo ano, a França encerrou a sua missão de paz no país (Operação Sangaris), retirando grande parte de suas tropas, considerando que seus objetivos tinham sido atingidos. No entanto, até o presente, a situação permanece crítica, com mais de 14 grupos armados disputando territórios, sendo que quatro facções formadas por ex-líderes do Séléka controlavam ainda cerca de 60% do país. A violência, no entanto, foi amenizada, pois mantinha-se a divisão do país entre as milícias ex-Séléka no norte e leste e as milícias anti-balaka no sul e oeste, ocorrendo apenas combates esporádicos entre eles.

3.2 AMBIENTE OPERACIONAL DA MINUSCA

A atual crise na República Centro-Africana, não obstante ser uma consequência indireta da própria história de formação do país, teve sua origem imediata em 2013, conforme já mostramos, com a tomada do poder pelos Séléka (aliança de grupos muçulmanos baseados no norte do país) em 2013, com a consequente deposição do então presidente, o General Bozizé. O desenrolar do conflito implicou na constituição de diversas missões internacionais, quais sejam: MISCA (desdobrada pela União Africana de 2013 até 2014), MINUSCA (missão da ONU que substituiu a MISCA a partir de 2014), Operação SANGARIS (Forças francesas, com a missão de fornecer apoio operacional aos integrantes da MINUSCA) e EUTM-RCA (missão da União Europeia, criada em 2016, com o objetivo de reestruturar as Forças Armadas da RCA). Todas serão detalhadas no desenvolvimento deste trabalho.



Figura 4: Desdobramento das forças da MINUSCA em junho 2018.
(<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/MINUSCA.pdf>. Acesso em 14 set. 2018)

Tais missões se deparam com uma realidade onde se encontram contingentes armados, reunidos em diversos grupos: Ex-SÉLÉKA (UPC, FPRC, RPRC e MPC, na sua maioria muçulmanos), Anti-BALAKA (LC, FROCCA,

majoritariamente cristãos), LRA, 3R, FDPC e RJ. Uma breve explanação sobre as características destes grupos será apresentada a seguir, com o intuito de ambientar o leitor com a realidade a ser vivida por possível contingente brasileiro que venha a ser desdobrado na MINUSCA. Ainda, serve como parâmetro para o emprego em outro teatro de operações africano, uma vez que tal complexidade é uma constante em conflitos naquele continente.

Passar-se-á, portanto, a caracterizar os principais atores presentes no conflito daquele país. Para tanto, dividir-se-á em quatro grandes grupos: as forças regulares, os ex-Séléka, os anti-Balaka e demais grupos de menor importância. Ainda, atenção especial será dada à presença da União Europeia e da União Africana. Finalmente, apresentar-se-á um breve histórico das diversas missões das Nações Unidas que foram implantadas em decorrência do conflito naquele país africano.

3.2.1 Forças Regulares

A principal força regular existente no país, as FACA – Forces Armées Centrafricaines (Forças Armadas Centro-africanas), foram constituídas por Jean Bedel Bokassa, o qual foi também o seu Chefe de Estado-Maior, em 1961, tendo sido sempre alvo de críticas por parte da população que ela deveria proteger. A maioria dos cidadãos as considera altamente politizadas, uma vez que sempre estiveram profundamente envolvidas nos golpes de estado, os quais levaram chefes militares ao poder. As crises vividas pelo país atualmente são igualmente imputadas a estas mesmas FACA, que foram incapazes de proteger a população contra as agressões dos grupos armados. Resumidamente, pode-se dizer que as FACA foram comumente utilizadas para alcançar o poder e assegurar a manutenção do mesmo.

Em 2013, as FACA foram dissolvidas, no contexto de tomada do poder por parte dos Séléka. Os militares de origem muçulmana aderiram ao golpe; os demais fugiram com o armamento e os equipamentos que puderam conduzir. Em julho de 2016, por decisão do Conselho Europeu, foi efetivamente iniciada a missão da EUTM RCA, uma missão de treinamento da União Europeia na RCA, com o objetivo de contribuir para a reforma do setor de Defesa daquele país, em atenção ao convite do Presidente do país, Faustin-Archange Touadera. Atuando em estreita coordenação e complementaridade com a MINUSCA, a EUTM RCA procura apoiar o

governo da RCA na implementação da reforma do setor de segurança, principalmente na assistência às FACA. O objetivo final é o suporte à construção de uma força armada modernizada, efetiva, democrática e etnicamente balanceada. Para tanto, disponibiliza aconselhamento estratégico ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior da FACA, além de instrução militar aos oficiais, praças e demais especialistas, tudo isto complementado com treinamento operacional. Tais ações são estreitamente coordenadas com a delegação da União Europeia existente em Bangui, capital do país.

Como um dos pontos de partida, foi realizado um recadastramento dos antigos militares pertencentes à FACA. Um dos principais problemas desta reestruturação é a preocupação, por parte de grande parte da população, além de parcela significativa do governo, de que o Exército volte a se tornar uma força voltada para o estabelecimento de rebeliões. Neste contexto, há uma tendência de enfraquecimento intencional das FACA, por um lado, além de preponderância na escolha dos líderes mais leais em detrimento aos mais qualificados, por outro lado.

Neste ponto, cabe uma explanação sobre as características do Conselho Europeu. Tal órgão define as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia. Não se trata de uma das instituições legislativas, no entanto define a agenda política da União Europeia, na forma de adoção de conclusões, nas quais são detalhados os problemas existentes ou potenciais, com as consequentes medidas a serem tomadas. Os membros do Conselho Europeu são os chefes de Estado ou de Governo dos 28 Estados-Membros da UE, o presidente do Conselho Europeu e o presidente da Comissão Europeia. O Conselho Europeu toma a maior parte das suas decisões por consenso. Contudo, em determinados casos específicos previstos nos tratados da UE, decide por unanimidade ou por maioria qualificada.

Em 30 de julho de 2018, este Conselho decidiu estender o mandato da EUTM RCA por dois anos, com término previsto para 19 de setembro de 2020. Ainda, foi modificado o mandato da missão, no sentido de prover aconselhamento estratégico não somente ao Ministério da Defesa, Estado-Maior e Forças Armadas, mas também autoriza o fornecimento de recomendações ao Gabinete da Presidência, provimento de orientações relativas à cooperação civil-militar, incluindo o Ministério do Interior e a *Gendarmerie*.

A *Gendarmerie* nacional centrafricana é uma força de segurança pública,

criada logo após a independência. Como herança da colonização, sua organização segue o modelo francês. Como parte integrante do Exército nacional, a *gendarmérie* centrafricana tem a missão de manter a ordem, além de trabalhar como polícia judiciária, administrativa e militar. Ela deve prover segurança das pessoas e bens, manter e restabelecer a ordem, assegurar a execução das leis e tomar parte da defesa da Nação. Seu efetivo aproximado, em 2013, era da ordem de 1800 componentes, divididos em quatro batalhões, uma legião móvel, uma legião territorial e um centro de formação.

3.2.2 Ex-Séléka

Séléka (coalização, no idioma sango) é uma coalizão constituída em agosto de 2012 por grupos rebeldes muçulmanos com o objetivo de derrubar o presidente centroafricano François Bozizé, o que foi conseguido em março de 2013. Ela foi dissolvida oficialmente após a tomada do poder, devido, entre outras razões, à incapacidade de seu líder Djotodia de manter a união. Manteve, porém, o controle de parte do país, inclusive após se dividir em diversas facções, ao fim do ano de 2014, dominando até os dias atuais uma grande parte do território.

A renúncia do seu líder Djotodia, ainda em 2014, marcou a divisão em diversos subgrupos, conhecidos pela denominação geral de ex-Séléka: UPC, FPRC, RPRC e MPC.

A UPC - Union pour la Paix en Centrafique (União pela Paz na RCA, tradução nossa) atua na região de Bambari e Bria. É composta na sua maioria por tribos nômades da etnia Fulani. Busca o controle político e econômico local, apesar de não desejar a independência. É composta por pouco mais de 1000 combatentes, os quais se recusam a união a qualquer outro grupo de ex-Séléka. A liderança política é exercida por Awal Habib, porém o chefe militar é Ali Darassa, proeminente nas atividades de 2014, o qual retornou a Bambari, a pedidos, fins proteger a população Fulani. Para tanto, armou os pastores locais, os quais se juntaram ao seu improvisado grupo.

A FPRC - Front Populaire pour la Renaissance de Centrafique (Frente Popular para o renascimento da República Centro-Africana, tradução nossa) está sediada em Birao e atua nas províncias de Nana, Grebizi, Bamingui-Bangoran, Vakaga e Haute-Kotto. Almeja a separação da RCA, mediante a conquista do poder político e

econômico, além do estabelecimento de áreas militares. Possui cerca de 1500 combatentes, dotados de armamento leve e coletivo. A liderança política é exercida por Nouredine Adam e o chefe militar é Arda Hackouma.

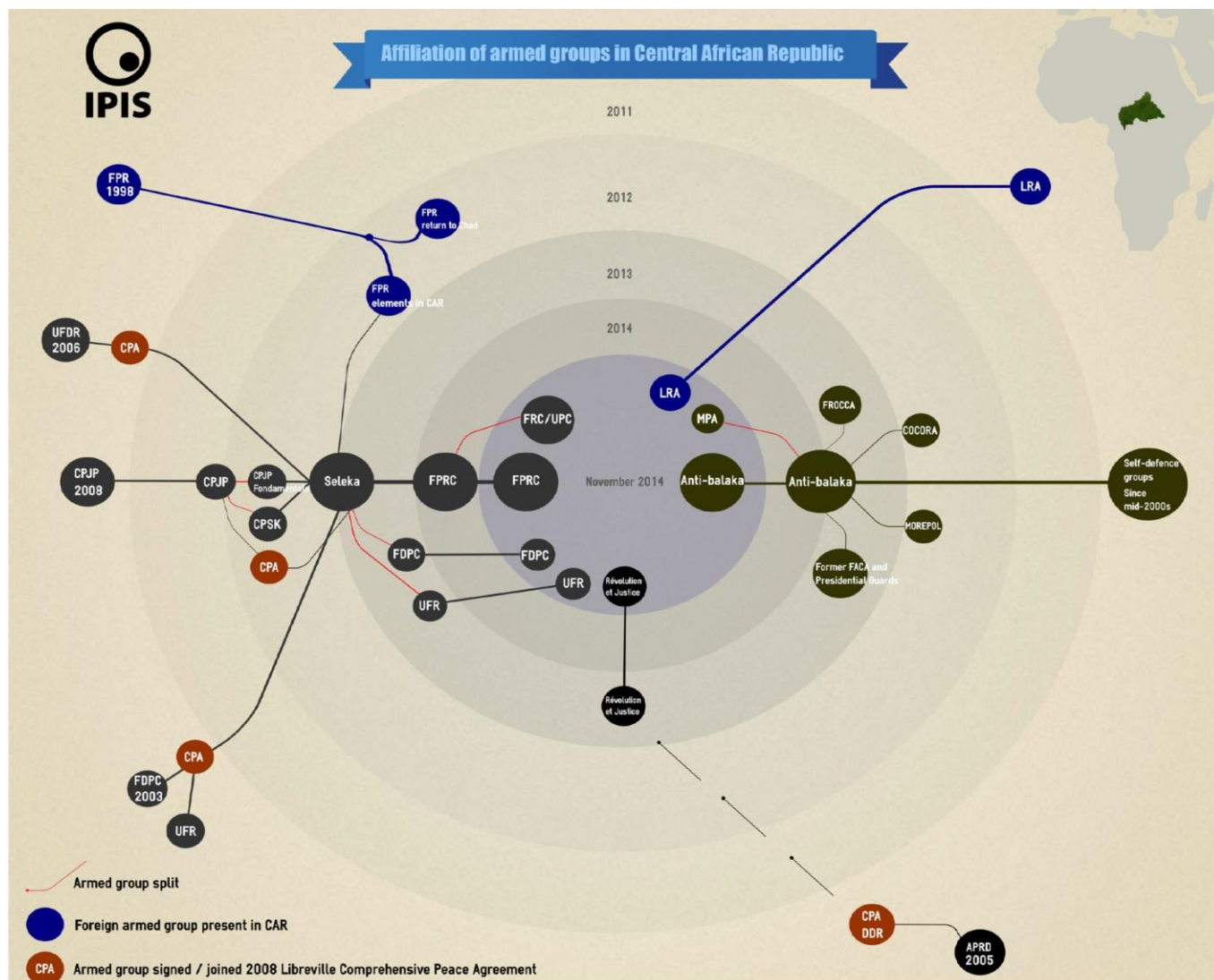


Figura 5: Complexidade de formação e evolução dos grupos armados na RCA (WEYNS et al, 2014, p. 12)

O RPRC - Rassemblement Patriotique pour la Renaissance de Centrafrique (Agrupamento Patriótico para o Renascimento da República Centro-Africana, tradução nossa) tem a sua área de influência principal em Bambari, além das cidades de Kouango, Mobaye e Ngakobo, ao sul das províncias de Ouaka e Basse Kotto. É composto pelas etnias gula, runga e árabes, os quais buscam controlar política e economicamente suas áreas de influência. Seu efetivo aproximado é pouco superior a 500 homens, os quais empregam armamento leve e coletivo. São

liderados politicamente por Diono Herbat Ahaba, tendo como chefe militar Joseph Zoundeiko.

O MPC - Mouvement Patriotique de Centrafrique (Movimento Patriótico da RCA, tradução nossa), é o menor dos grupos ex-Séléka, com pouco mais de 300 combatentes. Sua área de controle situa-se em Sido, Kabo, Kaga Bandoro, Mbres e oeste de Batangafo. Trata-se de uma divisão da FPRC ocorrida na metade do ano de 2015. Tem como líder político Bachar, sob a liderança militar de Al Khatim.

3.2.3 Anti-Balaka



Figura 6: Área aproximada de atuação ex-Séléka e anti-Balaka
(<https://www.globalsecurity.org/jhtml/jframe.html#https://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/map-car-2015-1.jpg>. Acesso em 13 ago. 2018)

Após termos apresentar uma breve descrição dos grupos reunidos como ex-Séléka, passar-se-á ao detalhamento de seus principais opositores, comumente conhecidos como Anti-BALAKA: LC e FROCCA. Têm sua origem em grupos de autodefesa, predominantemente localizados no setor ocidental da RCA, os quais passaram a ser conhecidos como anti-Balaka, em oposição à presença dos ex-Séléka na tomada do poder em 2013. São formados, em sua maioria, por animistas e cristãos, surgidos em oposição aos ataques perpetrados pelos sélékas contra os cristãos, além da anarquia geral e da indiferença do novo governo em proteger as

comunidades dos ataques de bandidos, particularmente nas estradas, e dos ladrões de gado, além de outros problemas desta mesma natureza.

A FROCCA - Front pour le Retour à l'ordre constitutionnel en Centrafrique (Frente para o retorno da Ordem Constitucional na RCA, tradução nossa) surgiu da articulação do presidente deposto Bozizé, em Paris, ainda no ano de 2013. O seu núcleo duro é formado por antigos oficiais do Exército os quais tem o objetivo de retomar o poder empregando os meios que forem necessários. A este grupo inicial juntaram-se elementos que desertaram das FACA, da guarda presidencial e da *Gendarmerie*.

Os Anti-Balaka, a partir da base inicial da FROCCA, verificaram um crescimento progressivo desde o seu surgimento. O seu efetivo total supera 80 mil combatentes. A sua face mais radical é representada pela LC - *Legitimate Coordination* (coordenação legítima, tradução nossa). Eles são apoiados por um partido político, a Convergência Nacional Kwa Na Kwa (trabalho, apenas trabalho, no idioma sango), cujo líder é Bertin Béa e atua principalmente na região noroeste, tendo a cidade de Bossangoa como destaque. Além disso, outros partidos políticos apoiam os Anti-Balaka: PCUD - *Parti centrafricain pour l'unité et le développement* (Partido Centrafricano da Unidade e do Desenvolvimento, tradução nossa), cujo líder é Patrice Ngaissona Edouard; e o MPA-IK - *Mouvance patriotique pour l'avenir – I Kwé* (Movimento Patriótico para o futuro – I Kwé, tradução nossa), liderado por Sébastien Wenezoui.

É importante ressaltar, como pode-se aferir dos dados apresentados até o momento, que há uma forte oposição quanto à denominação religiosa destes dois grandes grupos, sendo um deles majoritariamente cristão e o outro com predomínio de muçulmanos. No entanto, os líderes cristãos e muçulmanos do país não consideram que tais grupos representem oficialmente as suas religiões.

3.2.4 Demais grupos armados

Além dos grandes conjuntos de grupos antagônicos já apresentados, outras agremiações rebeldes estão presentes no conflito da RCA. O principal deles é o LRA – *Lord's Resistance Army* (Exército de Resistência do Senhor, tradução nossa), um grupo militar cristão e sectário, originado em 1987 no norte de Uganda. O grupo tem suas bases no cristianismo apocalíptico, porém sofre influências do misticismo e religião tradicional, tendo como objetivo a instituição de um Estado teocrático

baseado nos dez mandamentos e na tradição Acholi³. Seu líder é Joseph Kony, que se proclama o "porta-voz" de Deus e médium espiritual.

O LRA é acusado de violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo assassinatos, rapto, mutilação, escravidão sexual de mulheres e crianças, e forçar meninos a participar de hostilidades. A quantidade estimada de combatentes é pequena, cerca de 200 portando armamento. No entanto, cada célula da milícia é engrossada com escravos forçados a trabalhar como carregadores, cozinheiros ou escravos sexuais.



Figura 7: Área aproximada de atuação do LRA
(https://ichef.bbci.co.uk/news/624/cpsprodpb/1705C/production/_102700349_kony.jpg. Acesso em 14 ago. 2018)

Sua primeira ação na RCA foi registrada em março de 2008 na região de Haut-Mbomou (WEYNS et al, 2014). Atua também na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul. Tem o objetivo de controlar a exploração de recursos minerais. Seu principal modo de operação é o sequestro de civis. O grupo invade cidades e vilarejos a fim de matar todos os adultos, principalmente os pais, como forma de deixar os filhos órfãos os quais, não tendo para onde ir, são obrigados a se tornarem parte de seu exército infantil ou, no caso das meninas, escravas sexuais dos integrantes do grupo.

Este grupo procura evitar o contato com as tropas na ONU, tendo as suas ações sido reduzidas nos últimos anos, em parte devido ao apoio de tropas especiais dos Estados na perseguição aos seus integrantes. No entanto, o principal

³ Etnia presente no norte de Uganda e no Sudão do Sul.

líder Kony ainda não foi capturado, o que torna este ainda um problema latente no quadro de complexidade da RCA e dos países próximos.

Outro grupo presente na RCA é o 3R - *Retour, reclamation et Rehabilitation* (Retorno, Reivindicação e Reabilitação, tradução nossa). Trata-se de uma milícia surgida em 2015, liderada por Sidiki Abass, com o objetivo declarado de proteger a comunidade peule (também conhecidos como fulani), composta em grande parte de criadores de gado muçulmanos, dos ataques perpetrados pelas milícias cristãs anti-balaka. No entanto, partindo deste ponto inicial, viram o seu poder de combate aumentar consideravelmente, passando a cometer assaltos, sequestros e a provocar incêndios em outras vilas. Em uma de suas ações, em setembro de 2016, atacaram a cidade de Kouï, onde expulsaram as autoridades, apesar da presença de forças de paz da ONU nas proximidades. Além disso, incendiaram algumas vilas, violaram mulheres e crianças, tudo isso com o argumento de punir certas comunidades que teriam apoiado os anti-balaka.

Também presente no cenário da RCA, as FDPC - *Front démocratique du peuple centrafricain* (Frente Democrática do povo Centrafricano, tradução nossa), a qual inicialmente pertencia ao grupo Séleka. Trata-se de um grupo pequeno, empregando armamento leve, que procura obter influência política local e regional utilizando para isso, declarações escritas disponíveis na internet, nas quais faz acusações de supostas violações cometidas pelas forças estrangeiras que atuam no país, inclusive contra integrantes da MINUSCA. Seu principal líder é Martin Koumta Madji (o qual gosta de utilizar o nome Abdoulaye Miskine).

O último grupo a ser citado é o RJ - *Revolution et Justice* (Revolução e Justiça), liderado por Armel Sayo, o qual buscava o controle político e econômico local. Chegou a possuir cerca de 300 combatentes armados com armamento pessoal e coletivo. Em janeiro de 2018, o *Révolution et Justice* tornou-se o primeiro grupo armado a aceitar a deposição das armas, dentro do quadro do programa nacional de desarmamento, desmobilização e reinserção.

3.2.5 Presença da União Europeia

A União Europeia está presente na RCA, desde abril de 2014, com a Operação Militar da União Europeia na RCA (EUFOR RCA - *European Union Force RCA*), sob mandato das Nações Unidas, com base em Bangui, capital da RCA. O objetivo da missão, encerrada em março de 2015, era de estabilizar a área após

mais de ano de conflito interno, mediante aconselhamento referente à Política Comum de Segurança e Defesa na República Centro-Africana.

Em janeiro do mesmo ano, 2015, foi estabelecida a Missão Consultiva Militar Europeia na RCA (EUMAM RCA - *European Union Military Advisory Mission in the Central African Republic*), a qual veio a substituir a operação anterior, até o seu término em julho de 2016. Sua missão era apoiar as autoridades da RCA na preparação de reforma do setor de segurança, particularmente no que diz respeito às Forças Armadas da RCA (FACA), superando a crise experimentada por aquele país. O objetivo da missão era auxiliar o governo da República Centro-Africana na reforma de suas forças armadas em direção a um exército profissional, democraticamente controlado e eticamente diversificado. Para tanto, ela trabalhou em conjunto com a missão de paz da ONU, a MINUSCA. Seu efetivo era de 70 militares e civis, provenientes de diversos países europeus.

A partir de julho de 2016, foi instituída a Missão de Treinamento da União Europeia (EUTM RCA - *Military training mission in the Central African Republic*), com mandato previsto até 20 de setembro de 2018. O objetivo desta última missão é, em coordenação e complementando os trabalhos da MINUSCA, reforçar o treinamento e as estruturas operacionais das FACA (*Forces Armées Centrafricaine* – Forças Armadas Centrafricanas). O resultado final desejado a construção de Forças Armadas modernas, efetivas, etnicamente balanceadas e democraticamente confiáveis. A missão desenvolve seus trabalhos concentrada na área de Bangui.



Figura 8: Sequencia de missões na União europeia na RCA (2014 até o ano corrente) (https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eutm-rca_en. Acesso em 27 ago. 2018)

A EUTM RCA é constituída por um QG (Quartel General) e três unidades: Assessoria Técnica, com a finalidade de providenciar aconselhamento estratégico ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior Geral das Forças Armadas Centro-Africanas,

assim como desenvolver a documentação base das Forças Armadas Centro-Africanas (FACA); Assessoria Educacional, com o intuito de criar o sistema de educação e formar quadros das FACA; e a Unidade de Treinamento Operacional, objetivando criar o programa de treinamento a ser adotado pelas FACA, além de executar o treinamento das Unidades militares constituídas na capital, Bangui, quais sejam, 2 a 3 Batalhões de Infantaria Territorial para a condução de operações militares o fim de 2018.

Desde 11 de janeiro de 2018, o comando da Missão EUTM RCA está a cargo de um Brigadeiro-General da república portuguesa. O efetivo total é de cerca de 200 militares, oriundos de diversos países europeus. Até o final de 2017, a EUTM RCA já havia treinado cerca de 300 soldados de dois Batalhões de Infantaria territoriais. Este treinamento é constituído de instrução individual e coletiva de militares de infantaria, tiro, treinamento físico, base de direito internacional, direitos humanos, combate corpo-a-corpo e primeiros socorros. Propicia, ainda, instrução militar para oficiais, praças e especialistas da FACA.

3.2.6 Presença da União Africana, dos Estados Unidos e da França

Em novembro de 2013 foi instituída uma Força Tarefa Regional, liderada pela União Africana, contra a LRA (RTF-LRA - *Regional Task Force for the elimination of the LRA*). Esta missão foi autorizada pelo Conselho de Segurança e da União Africana, tendo sido também aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, como parte de iniciativa de cooperação regional para a eliminação do *Lord's Resistance Army* (um grupo rebelde originado na Uganda).

Um de seus maiores sucessos ocorreu ainda em novembro de 2013, quando foi destruído o campo dos rebeldes, tendo sido morto o comandante, o “Coronel” Samuel Kangul juntamente com 13 combatentes. Lograram ainda a captura de um “General”, Dominic Ongwen, em janeiro de 2015.

Desde 2010, Forças Especiais dos Estados Unidos, prestaram assistência às forças armadas de Uganda em suas operações contra a LRA na República Democrática do Congo e República Centro-Africana. Este apoio perdurou até março de 2017, com o efetivo aproximado de 350 militares norte-americanos, ampliando seu apoio à RTF-LRA. A partir desta data, os Estados Unidos decidiram se retirar da área, uma vez que consideravam que o *Lord's Resistance Army* tinha sido profundamente reduzido em seu poder de combate.

Quanto à França, ela foi autorizada, em 2013, pelo Conselho de Segurança da ONU, a desdobrar uma Força de Manutenção de paz em apoio à RCA, denominada Operação SANGARIS, com o intuito de reprimir a escalada de violência provocada pela crise. A Operação SANGARIS foi desdobrada rapidamente no país, juntamente com a MISCA (missão da União Africana também autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU). Este fato foi fundamental para evitar uma piora da situação do país, tendo sido evitada a morte de inúmeros civis.

No entanto, apesar de alguma melhoria, o problema de segurança persistiu, devido à grande dimensão do país e à extensão dos problemas espalhados pelo território, o que ultrapassou a capacidade de combate das tropas da Operação SANGARIS e da MISCA. No início de 2014, o contingente somado destas duas tropas totalizava pouco mais de 8.000 militares. A Operação SANGARIS foi encerrada cerca de três anos após o seu início, em maio de 2016, uma vez que foi considerado como atingido o seu objetivo de restaurar a segurança no país.



Figura 9: Operação SANGARIS na República Centro-Africana (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2016)

3.2.7 Presença das Nações Unidas

Cerca de dez missões das Nações Unidas foram estabelecidas no país, em uma complexidade crescente, desde a primeira, MINURCA em 1998, até a MINUSCA nos dias atuais. Apresentar-se-á sumariamente cada uma delas a seguir.

A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana, mais conhecida como MINURCA (*Mission des Nations Unies en République Centrafricaine*, em francês) foi estabelecida por resolução do Conselho de Segurança em março de 1998, com um efetivo de 1.350 militares. Foi substituída em 2000, após terem sido conduzidas duas eleições pacíficas no país, em um trabalho conjunto com o Gabinete de Apoio da ONU para a Construção da Paz na República Centro-Africana (BONUCA).

A Força Multinacional na República Centro-Africana - FOMUC (do francês: Force multinationale en Centrafrique,) foi criada em dezembro de 2002 pela Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) para conter a instabilidade política crônica na República Centro-Africana. A FOMUC, cuja criação foi principalmente uma iniciativa do Gabão, foi inicialmente encarregada de garantir a segurança do presidente Ange-Félix Patassé, reestruturar as forças armadas e monitorar o trabalho de patrulhas mistas ao longo da fronteira com o Gabão e com o Chade. No auge de sua presença, a missão militar chegou a 380 soldados do Gabão, República do Congo, Chade e Camarões. Em julho de 2008, por motivos legais, a CEMAC transferiu as responsabilidades da FOMUC para a Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX) sob a autoridade da Força Multinacional da África Central (FOMAC) da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC).

A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chad (MINURCAT) foi estabelecida em 25 de setembro de 2007, a fim de providenciar presença multidimensional, com um efetivo de 350 militares e policiais, no leste do Chade e nordeste da República Centro-Africana. Tal missão surge como resposta à grave crise de cerca de 230 mil refugiados de Darfur em direção à fronteira dos dois países citados. Para complicar, grupos rebeldes armados sudaneses praticaram ataques continuados em toda a fronteira sudanesa, colocando em risco os residentes locais e os refugiados de Darfur. A MINURCA atuou em coordenação à UNMIS (Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão), enviada em 2006, e à

UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur), enviadas em 2007, ambas por determinação de resoluções das Nações Unidas.

Paralelamente à MINUCART, inclusive sob mesmo mandato, foi estabelecida a EUFOR Tchad/RCA (Força da União Europeia no Chade e na República Centro-Africana). Autorizada em novembro de 2007, sua implantação foi adiada por falta de equipamentos, tendo atingido a sua capacidade operacional inicial em 15 de março de 2008, quando então foi absorvida pela MINURCAT em 15 de março de 2009. A última resolução relativa ao mandato da MINURCAT (resolução 1913 do Conselho de Segurança) estendeu a permanência da missão até 15 de maio de 2010. Naquela ocasião, novas tratativas com o governo do Chade levaram ao encerramento da missão, após uma última extensão adicional até o final de 2010.

É importante, neste momento, abrir um parênteses para clarificar o que vem a ser o termo EUFOR. Do inglês *European Union Force* (Força da União Europeia) é um termo genérico utilizado para denominar as forças empregadas pelo exército da União Europeia, tendo sido utilizada algumas vezes até o momento. Como exemplos podemos citar na República da Macedônia, em 2003, como EUFOR Concordia; na Bósnia desde 2004 como EUFOR Althea; na República Democrática do Congo, em 2006, como EUFOR RD Congo; no Chade e na República Centro-Africana entre 2007 e 2009, como EUFOR Tchad/RCA; e na República Centro-Africana, entre 2014 e 2015, como EUFOR RCA.

Em substituição à FOMUC, a Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX) foi estabelecida em 12 de julho de 2008, como uma missão da Força Multinacional da África Central (FOMAC), com apoio financeiro e logístico da União Europeia e da França. Seu objetivo foi garantir a segurança dos civis na República Centro-Africana, tendo concluído as suas atividades em 15 de dezembro de 2013, quando foi substituída pela MISCA, liderada pela União Africana.

Paralelamente a muitas destas missões, funcionou, no período de 2010 a 2014 o Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na República Centro-Africana (BINUCA, do francês *Bureau Intégré de l'Organisation des Nations Unies en Centrafrique*). Dentre outras, teve a missão de relatar sobre o status efetivo de todos os esforços realizados durante sua presença mandatada no país, a fim de que o governo e opositores apoiassem uma transição pacífica e pudessem proteger a população, além de coordenar os esforços internacionais para este objetivo.

A MISCA - Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana liderada pelos africanos (em inglês: *African-led International Support Mission to the Central African Republic*; em francês: *Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine*) foi mais uma missão de manutenção da paz da União Africana na República Centro-Africana, tendo sucedido a Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX). A MISCA foi criada em 5 de dezembro de 2013 pela Resolução 2127 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para estabilizar o país como resultado da guerra civil que eclodiu após o golpe de Estado na República Centro-Africana em 2013. A missão, sob a liderança da União Africana e com o apoio militar da França, foi implantada em 19 de dezembro de 2013. A resolução incluiu a opção de evoluir para uma missão maior, sob a autoridade das Nações Unidas, com forças de manutenção da paz, se necessário e se estiverem reunidas as condições locais apropriadas. Em 15 de setembro de 2014 foi sucedida pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

A MINUSCA, sucessora de todas as missões listada obteve a sua atual prorrogação por intermédio da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 2387/2017, a qual prorrogou a missão até 15 de novembro de 2018, com ênfase na proteção de civis, prestação de assistência humanitária, promoção e proteção dos direitos humanos, dentre outras missões. O Objetivo estratégico da missão é o de apoiar a criação de condições favoráveis para a redução sustentável dos grupos armados e da ameaça que representam, por meio de uma unidade de esforço e uma postura proativa e enérgica, sem prejuízo dos princípios básicos de manutenção da paz.

Segundo dados atualizados até agosto de 2018, o efetivo total da MINUSCA era de 14.787 *peacekeepers*, dos quais 13.625 eram militares (11.167 integrando tropas, 139 observadores militares, 280 *staff officers* e 2.039 policiais), além de 1.162 civis. Até aquela data tinham sido registrados 73 casos de vítimas fatais entre os integrantes das Nações Unidas integrantes da missão.⁴

Segundo um retrato obtido na mesma data, verifica-se a presença de Batalhões de Infantaria dos seguintes países: Bangladesh, Burundi, Camarões, Egito, Gabão, Mauritânia, Marrocos, Paquistão, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia. Quatro

⁴ Dados obtidos em: <https://minusca.unmissions.org/en/facts-and-figures> Acesso em 11 set. 2018

Companhias de Engenharia se fazem presentes: Indonésia, Peru, Paquistão e Camboja. A missão conta com três Unidades Médica Nível 2: Sérvia, Bangladesh e Ruanda. Além disso, existem outras tropas de valor Companhia, dos seguintes países: Portugal (Força de Reação Rápida); Drones (França); Níger; Bangladesh e Benin (Comunicações); Bangladesh (Forças Especiais); Egito (Transporte); e Sri Lanka, Senegal e Paquistão (Aviação).

Complementando, a MINUSCA conta com Observadores Militares e Oficiais de Estado-Maior, dos seguintes países: Butão, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Chile, República Tcheca, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiné, Hungria, Jordânia, Kenya, Mali, Nepal, Nigéria, Paraguai, República da Moldávia, Romênia, Togo, Tunísia, Turquia, Estados Unidos da América, Vietnã e Yemen.

4 LOGÍSTICA ESTRATÉGICA NA MINUSCA

O estabelecimento de uma possível missão de paz brasileira na MINUSCA, em solo africano, representa um desafio logístico sem par para as forças armadas brasileiras. As principais dificuldades residem na grande distância do Brasil, no ambiente operacional adverso e no clima, vegetação e relevos desfavoráveis. Além de uma preparação técnica e tática específica para atuação neste cenário, será necessária uma seleção rígida dos equipamentos adequados ao emprego naquela região.

A MINUSCA está inserida em um contexto em que o Conselho de Segurança da ONU, conforme aponta Curran (2015), claramente tende a estabelecer uma maior quantidade de intervenções destinadas à estabilização, particularmente 2001 e 2014. Neste contexto, 40% das missões iniciadas em 2014 destinaram-se à estabilização das áreas conflitadas, ao passo que em 2002 este índice era de apenas dez por cento. Isto não é surpreendente, dada à expansão da quantidade de mandatos que contêm metas de estabilização. Na virada do milênio contemplaram países como Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Timor Leste. Já no período entre 2013 e 2014, foram estabelecidas em países como Afeganistão, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Haiti, Mali, Somália, Sudão do Sul e Timor-Leste. O Conselho de Segurança adotou fortemente o discurso no sentido de propor missões de manutenção da paz e construção da paz lideradas pela ONU ou por organizações regionais, que se concentrem na estabilização e em medidas de longo prazo para prevenir conflitos e apoiar programas políticos e socioeconômicos destinados ao desenvolvimento do país sede. As Agências da ONU no geral, e em particular o DPKO, reforçaram ainda mais essa tendência.

4.1 DESAFIOS LOGÍSTICOS NA ÁFRICA

Segundo Coleman e Willians (2017), em operações regionais na África, há cinco tendências principais em parcerias logísticas. Em primeiro lugar, a maioria dos TCC (Países contribuintes com tropa) africanos tem sido incapazes de fornecer todo o apoio logístico necessário para implantar e sustentar seus contingentes. Em segundo lugar, a organização internacional que autorizou a missão (ONU) conseguiu preencher algumas lacunas de logística deixadas pelos TCC, mas não a maioria

delas. Em terceiro lugar, desde o final da Guerra Fria, a ONU forneceu o apoio logístico mais frequente às operações regionais africanas, embora desde 2004 a UE também tenha apoiado grande parte das operações realizadas pela UA ou autorizadas por esta Organização. Em quarto lugar, os parceiros bilaterais forneceram e financiaram apoio logístico crucial para as operações regionais de paz na África. Finalmente, os empreiteiros privados desempenharam um papel importante no fornecimento de apoio logístico na maioria das operações africanas.

No entanto, os mesmos autores apontaram limitações para tal apoio, após analisar quinze operações de paz ocorridas no continente africano, desde 2004 até o presente. Essas quinze operações de paz regionais indicam, na visão de Coleman e Willians (2017), um padrão claro de limitações em termos de apoio logístico.

Primeiro, os estados parceiros externos têm regularmente fornecido um apoio considerável às operações, mas tal apoio foi disponibilizado por meio de iniciativas *ad hoc*, ou seja, somente para fins específicos. Dada a importância da previsibilidade e da eficácia do suporte logístico em operação de paz com alto grau de risco, os parceiros externos e organizações internacionais poderiam se preparar melhor para eventualidades, estabelecendo acordos com as organizações africanas no pavimentar o caminho para melhoria do apoio em operações futuras.

Em segundo lugar, a coordenação entre os vários parceiros externos também costumam ser *ad hoc*, o que pode levar a ineficiências, duplicações ou lacunas na provisão e no financiamento do apoio logístico. A realização de um Fórum de Logística Africana⁵, em 2014 foi uma iniciativa bem-vinda neste sentido, experiência esta repetida em 2017. O fórum destina-se a avaliar os principais desafios enfrentados pelos estados africanos em operações de paz, examinar o mercado interno e externo em busca de recursos necessários para fortalecer a capacidade logística a nível nacional e regional, e desenhar estratégias para estados africanos, organizações regionais e seus parceiros no desenvolvimento de estruturas necessárias ao apoio logístico.

Em terceiro lugar, as operações regionais de fiscalização autorizadas pela UA para reduzir a ameaça representada por grupos armados não estatais específicos levantaram a questão de qual o tipo de apoio que, tanto a UA como a ONU, devem

⁵ Maiores informações podem ser obtidas no site do Fórum: <https://africacenter.org/programs/africa-logistics-forum/>

fornecer quando não há processo ou acordo de paz a ser imposto ou mantido. Este é o caso, mais recentemente, da autorização dada pela UA para a Força-Tarefa Conjunta Multinacional no Lago Chade Basin e para a Força-Tarefa de contraterrorismo nos estados do Sahel G5 (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger). Se a ONU concordar em fornecer suporte logístico para tais operações, surge uma questão prática de saber se a ONU tem realmente a capacidade de fornecer o apoio necessário para a sustentação de operações cinéticas de alta velocidade. Como exemplo, a ONU tem lutado para atender a esses requisitos em seu apoio à AMISOM (Missão da UA na Somália, estabelecida em 2007 e ainda em operação).

Finalmente, é evidente que a Comissão da UA tem uma pequena disponibilidade de fornecer apoio logístico, devido à sua pequena capacidade neste quesito.

4.2 DESAFIOS LOGÍSTICOS NA MINUSCA

Conforme análise realizada por Coleman e Willians (2017), a missão da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA) é representativa desta nova dimensão das parcerias logísticas nas operações de paz da ONU, com a presença de diversos atores no terreno, conforme descrito no capítulo 2. Resumidamente, a MINUSCA foi criada em 2014, tendo como predecessores uma missão política da ONU, a qual contava apenas com uma Unidade de Guarda (o Escritório Integrado de Consolidação da Paz da ONU na República Centro-Africana, BINUCA), uma operação de paz da União Africana (a Missão de Apoio Internacional à República Centro-Africana, MISCA), uma operação francesa de imposição da paz (Operação Sangaris) e uma missão da União Europeia que proporcionava estabilidade a Bangui (a Força da UE na República Centro-Africana, EUFOR-RCA). A Operação Sangaris e a EUFOR-RCA apoiaram formalmente a MISCA, e, na sequência, à MINUSCA, com autorização do Conselho de Segurança da ONU.

Ocorreu um processo gradativo de *downsizing* das operações da ONU então existentes, a fim de permitir uma rápida implantação da MINUSCA. A BINUCA, por exemplo, disponibilizou à nova missão o seu pessoal, incluindo a unidade de guarda de 560 pessoas e uma aeronave. A MISCA cessou quando o componente militar da MINUSCA se tornou operacional e, em 15 de setembro de 2014, ocorreu a

transferência de cerca de 6.000 soldados e policiais, representando 61% da força então autorizada para a MINUSCA. No entanto, quanto aos aspectos logísticos e operacionais, o benefício obtido por esta incorporação foi parcialmente prejudicado pelo fato de que a maioria dos contingentes dispunha de equipamento e de capacidade de manutenção abaixo dos padrões das Nações Unidas. Como exemplo, cerca de 800 militares da República Democrática do Congo foram repatriados, sem substituição, em janeiro de 2016, com a explicação formal de que os níveis necessários de adestramento e equipamento não haviam sido atingidos.

A EUFOR-RCA estava inicialmente programada para encerrar suas atividades em dezembro de 2014, mas foi prorrogada até março de 2015 para permitir à MINUSCA mais tempo para atingir a capacidade operacional total. A EUFOR-RCA transferiu o controle de Bangui e o aeroporto de M'Poko para a MINUSCA em novembro de 2014 e, em março de 2015, a MINUSCA assumiu o controle da sede EUFOR-RCA, pagando US \$ 11,9 milhões. Nenhum pessoal da EUFOR-RCA foi aproveitado pela MINUSCA, uma vez que os países europeus não se disponibilizaram a enviar tropa para a missão da ONU.

A Operação Sangaris (França) operou ao lado da MINUSCA até 30 de outubro de 2016, e fornecendo reforço em momentos críticos e capacidade de rápida reação. Seu apoio logístico à MINUSCA foi relativamente limitado, e nenhum de seus militares passou a integrar a missão da ONU. No entanto, foram transferidos diversos drones à missão, pelas tropas francesas.

Resumidamente, a contribuição operacional da MISCA, da EUFOR-RCA e da Operation Sangaris foi significativamente valiosa, no entanto o sua contribuição para a logística propiciou benefícios apenas limitados para a MINUSCA. A maioria do apoio logístico da MINUSCA veio de fontes mais tradicionais. Os parceiros externos de logística prestaram apoio tanto à missão quanto a alguns TCC. O Gabão, por exemplo, recebeu assistência francesa e norte-americana para o transporte de equipamentos essenciais e contratou a empresa francesa Sovereign Global para orientar que o seu contingente no sentido de atender aos padrões de equipamentos e autossuficiência exigidos pela ONU.

Outro fator importante a ser considerado, no planejamento de uma missão brasileira no país, em todos os seus aspectos, inclusive o logístico, é a situação de competição entre todos os atores envolvidos no entorno da MINUSCA, na busca de

visibilidade, relevância e controle sobre o processo. Welz (2014)

Tendo em vista os aspectos aqui apresentados, passar-se-á ao detalhamento de alguns aspectos da logística em apoio a uma possível missão de paz na RCA. Para tal, tomar-se-á como base o levantamento efetuado pelo Ministério da Defesa, tornado público aos integrantes do Curso Superior de Defesa em fevereiro de 2018. Nele, a provável base a ser ocupada por um contingente brasileiro na República Centro-Africana estaria localizada nos arredores da pista de pouso da cidade de Bambari, localizada em uma região central do país, a cerca de 380 km da capital Bangui. Pode-se verificar na imagem seguinte parte da complexidade da empreitada, com cerca de 16 dias necessários para um transporte (marítimo – terrestre) até o destino final da missão, utilizando o porto de Douala, nos Camarões:

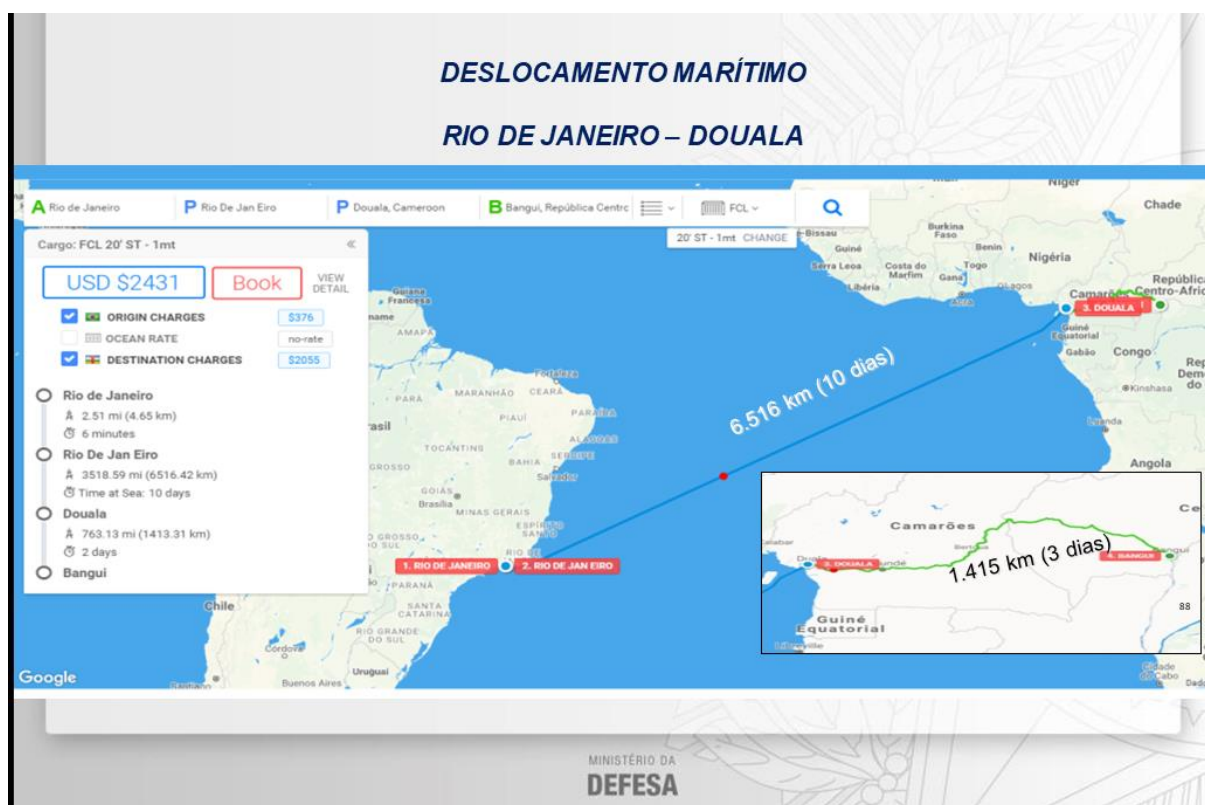


Figura 10: Deslocamento Rio de Janeiro – Douala - Bangui (MD, ECMFA, 2018)

Quanto ao transporte de tropas e carga, por meio aéreo, a figura seguinte apresenta uma estimativa de tempo necessário para o mesmo, partindo do Rio de Janeiro até a capital da República Centro-Africana, Bangui, utilizando-se a aeronave Boeing 767-300ER da FAB. Conforme consta no site da Força Aérea Brasileira (2016), esta aeronave foi recebida em julho de 2016, para cumprir missões de transporte de grandes cargas e longas distâncias. Trata-se de contrato de locação

curto, diretamente para o destino final planejado para a missão, ou seja, a localidade de Bambari, onde existe uma pista de pouso não pavimentada.

Para este tipo de missão, a Força Aérea Brasileira utilizou, de 1964 até 2013, um total de total de 29 exemplares da aeronave Hércules, nas seguintes versões C-130E (8 unidades), SC-130E (3 unidades), C-130H (16 unidades) e KC-130H (2 unidades) as quais passaram por dois programas de atualização. É previsto que os Hércules da FAB sejam substituídos, a partir de 2019, por 28 aeronaves Embraer KC-390, maiores e mais velozes. O KC-390 representa uma evolução em relação ao Hércules, pois permitirá a operação em ambientes diversos, mesmo em pistas não preparadas e a uma velocidade considerável. Além disso, tem a capacidade de transporte de até 23,2 toneladas de combustível para reabastecimento.



Figura 12: Utilização do KC-390 para fins de mobilidade estratégica (FAB, Aerovisão n. 255, 2018)

Desta maneira, uma participação do Brasil em missão de paz na África, a partir de 2019, representará uma oportunidade para emprego, consolidação e divulgação do KC-390 em operações de paz. Este tipo de missão possui uma grande visibilidade no cenário internacional, o que possibilitaria, ao mesmo tempo, um apoio logístico eficaz para a esta missão hipotética e, por outro lado, uma

oportunidade de angariar a simpatia de possíveis compradores desta nova aeronave de fabricação brasileira. O quadro a seguir sintetiza uma comparação entre o C-130 Hércules e o KC-390, particularmente nos aspectos de interesse da logística no nível estratégico.

Tabela 1: comparativo entre C-130 e KC-390

Característica	C-130 Hércules (1)	KC-390 (2)
Velocidade	621 km/h	870 km/h
Capacidade de carga	20 toneladas	26 toneladas
Compartimento de carga	16,9 m - comprimento 3,04 m - largura 2,74 m - altura	18,54 m - comprimento 3,45 m - largura 2,95 m - altura
Alcance operacional	5.074 km (20 toneladas de carga)	3.400 km (19 toneladas de carga) 2.556 km (23 toneladas de carga)
Transporte de tropa	92 soldados ou 64 paraquedistas	80 soldados ou 66 paraquedistas
Transporte de carga	74 macas ou 6 pallets 463L	74 macas ou 7 pallets 463L ou 1 helicóptero BlackHawk

(1) <http://www.brasilemdefesa.com/2015/07/c-130-hercules.html>

(2) Revista Aerovisão. n. 255. 2018

Conforme informação coletada no site da *Compliance Packaging International* (2018), o *pallet* 463L, listado na tabela anterior, foi projetado no final da década de 1950, com o objetivo de melhorar a eficiência do transporte intermodal de carga da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF). Atualmente, é a plataforma padrão empacotamento e movimentação de carga aérea, tanto para a USAF quanto para outras forças aéreas e muitas aeronaves civis de transporte de carga em todo o mundo. Possui as dimensões-padrão de 108 por 88 polegadas (2,7432 x 2,2352 metros), peso de 290 libras (131,542 quilogramas) e uma capacidade de carga de 10.000 libras (cerca de 4,5 toneladas).

Este equipamento possui as seguintes características principais: é transportável tanto por meios aéreos quanto de superfície; atende aos requisitos de transporte aéreo militar e comercial; propicia o armazenamento local, de curto prazo, para equipamentos e materiais; construção leve e durável; facilidade de reparo e manutenção; possibilita a realização da logística de materiais em curto prazo; os paletes vazios podem ser empilhados para armazenamento; e tem facilidade de operação com empilhadeiras padronizadas de 10.000 libras de capacidade. O seu uso é homologado para diversas aeronaves, tais como: C-130, C-5, C-27, CH-47, KC-10, C-17 e C-9.

5 CONCLUSÃO

Segundo visão compartilhada pelo Ministério da Defesa, a capacidade das Forças Armadas brasileiras em missões de paz está comprovada. O Brasil possui excelentes condições de enfrentar a situação que se apresenta na RCA de forma a, além de cumprir o mandato da missão, o faça apresentando alto desempenho. O último ponto pendente, porém altamente essencial, é a necessidade de aprovação do Poder Político, com o conseqüente aporte de recursos necessários.

No entanto, a participação do Brasil em missões de paz na África, particularmente na República Centro-Africana, apresenta alguns riscos e dificuldades. O primeiro deles é a volatilidade e imprevisibilidade dos acontecimentos, resultante da atuação de diversos grupos armados, o que ficou particularmente evidenciado neste trabalho para o caso específico da RCA. Outro aspecto presente na realidade africana é a precariedade da infraestrutura dos países, o que foi evidenciado no caso da RCA, dificultando o apoio logístico por quaisquer meios que venham a ser empregados. Ainda, conforme foi apresentado no desenrolar deste trabalho, as Nações Unidas têm dificuldades consideráveis na prestação do apoio aos contingentes militares destacados nas missões de paz africanas, o que aumenta a importância da capacidade logística própria do Brasil no sustento de sua tropa a ser empregada naquela região.

No caso de países que não dispõem de saída para o mar, como é o caso da RCA, a logística de alto volume, normalmente realizada por meio marítimo, pressupõe a utilização de portos localizados em outros países. Para apoio à tropa brasileira virtualmente participante da MINUSCA, por exemplo, foi apresentado neste trabalho o planejamento de utilização do Porto de Douala, nos Camarões. Além da complexidade normal devido a trâmites diplomáticos e aduaneiros com um terceiro país, volta à tona a precariedade das estradas, parte da deficiência crônica da infraestrutura logística dos países africanos. As muitas estradas não pavimentadas, comuns àquele continente, praticamente impedem a movimentação de cargas em tempos chuvosos.

Na República Centro-Africana, existe apenas um aeroporto com pista pavimentada, adequado ao pouso de aeronaves de grande porte, como o Boeing 767-300ER, atualmente em operação pela FAB. Esta realidade não é muito diferente

em outros países do continente africano que são atendidos com missões de paz. Tal fato demanda um desafio a mais para a logística estratégica a grandes distâncias. Torna-se imperiosa a utilização de aeronaves militares de carga/passageiros, aptos ao pouso em pistas não preparadas. No capítulo 4 desenvolveu-se este assunto, destacando as oportunidades advindas com a incorporação do KC-390, em um futuro próximo.

No entanto, a par dos problemas, a participação brasileira em missão de paz na África abre uma janela de oportunidades para as Forças Armadas brasileiras. Destaca-se logo em primeiro plano o aprimoramento da doutrina militar operacional e logística, tanto conjunta como singular. A logística, conforme verificou-se, necessariamente envolverá todos os meios à disposição do Ministério da Defesa, em suas diversas variantes de execução: aéreo, marítimo e terrestre. Os imensos desafios a serem enfrentados poderão levar a capacidade logística das Forças Armadas para um patamar mais elevado.

Os custos envolvidos em uma empreitada como esta são compensadores, uma vez que parte considerável do gasto retorna ao país mediante reembolso efetuado pelas Nações Unidas. Em caso de não participação em uma missão com este grau de dificuldade, permanece a necessidade de adestramento do nosso vetor militar nesta importante capacidade logística, particularmente no nível estratégico. Nesse caso, todos os custos decorrentes deste adestramento deverão ser arcados pelo tesouro nacional, o que não é facilmente executável na atual realidade de escassez de recursos.

Outro aspecto positivo a ser atingido, com uma participação brasileira, com tropa, na manutenção da paz da África, é a manutenção e aplicação dos ensinamentos obtidos com a positiva experiência na MINUSTAH, A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti funcionou por treze anos, de 2004 a 2017, sempre sob o comando do Brasil e com a participação de outros quinze países. Pode-se considerar como tendo cumprido o seu objetivo, de restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio.

Por experiência própria e mediante análise das experiências passadas, sabe-se que um hiato grande entre o término da missão no Haiti, concluída no ano

passado, e o início de outra missão, provocará necessariamente perda de expertises e degradação das capacidades obtidas. Tal fato ocorre mesmo em caso de manutenção dos relatórios e dados compilados sobre a MINUSTAH. Devido à dinâmica própria da carreira militar, a cada ano seguem para a reserva militares que estiveram envolvidos nesta exitosa missão. Por ocasião do estabelecimento da missão na ilha haitiana, pouco se aproveitou da experiência anterior do Brasil na UNAVEM III, a terceira missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de agosto de 1995 a julho de 1997, na qual o país contribuiu com um batalhão de infantaria, uma companhia de engenharia, dois postos de saúde avançados, observadores militares e integrantes do Estado-Maior (cerca de 1100 militares ao mesmo tempo).

Esta seria uma oportunidade ímpar de inserção efetiva do componente militar brasileiro nos novos ambientes mundiais, caracterizado por ameaças assimétricas, não estatais, transnacionais, de grupos criminosos e de terroristas, em ambientes complexos com conflitos étnicos, raciais e religiosos. Tais ambientes podem implicar em grandes dificuldades de implantação da paz, com forças sendo confrontada com violência contínua e generalizada, com ameaça significativa para a população civil e presença de vários atores políticos e não políticos fortemente armados. Além disso, são ambientes remotos e perigosos, os quais demandam uma grande necessidade de autossustentação e de autoproteção da tropa.

O estabelecimento de uma participação brasileira em uma nova missão da ONU reforçará a imagem construída pelo Brasil, de um país que luta pela manutenção da paz, inclusive pelo fato de ter sido um dos fundadores daquele Organismo Internacional, tendo sido um dos signatários da Carta das Nações Unidas. Em suma, possibilitaria manter a história de sucesso da participação do Brasil em Operações de Paz.

Finalizando, fica patente a resposta positiva ao principal objetivo deste trabalho, qual seja mostrar que a participação do Brasil, na MINUSCA, ou em missão semelhante, trará oportunidades para o desenvolvimento da logística militar estratégica de Defesa.

Ainda, os objetivos específicos também foram atingidos, uma vez que foi apresentar uma análise sintética da Republica Centro-Africana; foram apresentados os diversos aspectos teóricos e doutrinários relacionados à logística estratégica

militar; foram analisados, à luz dos da realidade centro-africana e da doutrina militar específica, a possibilidade de aprimoramento da capacidade logística estratégica das Forças Armadas brasileiras, oriunda de uma participação com tropa da MNUSCA; e, por fim, foram apresentados elementos que permitem adquirir o conhecimento do *modus operandi* de outros atores envolvidos na complexa política africana, além da ONU, como: União Africana (UA), a União Europeia (EU) e Operação Sangaris (França).

MARCOS BATISTA DA SILVA – Cel Eng

Idt 020350554-0

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação** (ABNT NBR 6024:2012). Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 4 p.

_____. **Informação e documentação – referências – elaboração** (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

_____. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação** (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro**. *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 113-141, mar. 2015. ISSN 2245-4373. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia**. Universidade do Texas: LGE Editora, 2006. 2. ed. 385 p.

BRASIL. Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME/Departamento de Pesquisa Pós-graduação**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. 36p.

_____. Força Aérea Brasileira. **AEROVISÃO – A revista da Força Aérea Brasileira**. jan. fev. mar. 2018. n. 255, ano 45 (Disponível em: https://issuu.com/portalfab/docs/aerovisao_255_jan_fev_mar_2018). Acesso em 10 set. 2018.

_____. Força Aérea Brasileira. **Notaer – O jornal da Força Aérea Brasileira**. Ano XXXIX, n. 11, nov. 2016. (Disponível em: <https://issuu.com/portalfab/docs/notaer_novembro_2016>). Acesso em 5 set. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **A atuação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)**. Exposição para os alunos do Curso Superior de Defesa. Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (3ª Edição)**. Brasília: MD, 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília: MD, 2012. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>). Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2016. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>).

Acesso em: jan. 2018.

CID, Mauro Cesar Barbosa, GOLDONI, Luiz Rogério. **Complexidade logística nas operações de manutenção de paz: um desafio**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v. 6, n.11, Jan./Jun. 2017, p.118-135

COLEMAN, Katharina P., WILLIAMS, Paul D. **Logistics Partnerships in Peace Operations**. New York: International Peace Institute, June 2017.

Compliance Packaging International Ltd. **Página eletrônica**. Disponível em: <<http://www.463lpallet.com/>>. Acesso em: 10 out. 2018

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Curran, D. Holtom, P. **Resonating, Rejecting, Reinterpreting: Mapping the Stabilization Discourse in the United Nations Security Council, 2000–14**. Stability: International Journal of Security & Development, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5334/sta.gm>>. Acesso em ago. 2018.

EUTM-RCA. **Military training mission in the Central African Republic**. <https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eutm-rca_en>. Site oficial

FAO (Food and Agriculture Organization). **Food Security and Humanitarian Implications in West Africa and the Sahel**. Nº 60 – October/November 2014 - Joint Note FAO-WFP. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bl525e.pdf>>. Acesso em 24 jun. 18.

Libre Afrique. **RCA: l'instabilité politique est-elle prête de finir ?**. Disponível em: <http://www.librefrique.org/SBO_RCA_coups_100513>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LIMA, Expedito Alves de. **Visão estratégica da Logística no Exército Brasileiro, com enfoque para a atividade de Transporte Estratégico**. Rio de Janeiro: ECE-ME, 2004. 46 p.

MINCULETE, Gheorghe. TUTUIANU, Diana. **Aspects of logistic planning in a military unit at peacetime**. Journal of Defense Resources Management. vol. 8, issue 1 (14) /2017

NEVES, Eduardo Borba. DOMINGUES, Clayton Amaral (org.) **Manual de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204 p.

PEREIRA, Ana Lúcia D. BARBOSA, Luísa Calvete P. **O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África**. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 3, Nº1, Jan-Jun 2012.

PINZARIU, Sorin. **Logistic support planning guidance for the national military contingents participating in multinational peace support operations**. Journal of Defense Resources Management. vol. 3, issue 1 (4) /2012

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense. **Dossier de presse –**

Opération SANGARIS. Juillet, 2016. (Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/.../20160713+DP+Sangaris+VF.pdf>>). Acesso em 15 ago. 2018

ROBERTO, Paulo Roberto. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia.** Brasília: LGE Editora, 2006. 388 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.

WELZ, Martin. **Briefing: crisis in the central african republic and the international response.** African Affairs, 113/453, p. 601 - 610. Sept. 2014. (Disponível em: <<https://academic.oup.com/afraf/article-abstract/113/453/601/90999>>). Acesso em: 22 March 2018.

WEYNS, Yannick, HOEX, Lotte, HILGERT, Filip and SPITTAELS, Steven. **Mapping Conflict Motives: The Central African Republic.** International Peace Information Service (IPIS): Antwerp, nov. 2014 (Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20141124_CAR.pdf>). Acesso em 25 ago. 2018.